



ASSEMBLEIA FISCALIZA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

25 de junho de 2024



FICHA TÉCNICA	5
SIGLAS	6
INTRODUÇÃO	8
PROJETOS ESTRATÉGICOS	10
PE Invista em Minas - Promoção de Investimentos	10
PE MG Tech	12
PE Minas Livre para Crescer	14
Minas REURB	17
PE Vale do Lítio	19
OUTRAS AÇÕES ESTRATÉGICAS - Sede	20
CADEIAS PRODUTIVAS E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA	20
Apoio à Qualificação da Mão de obra	20
Cooperação para atração de investimentos	21
PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E COMÉRCIO EXTERIOR	21
Grupo de Trabalho para Fomento do Comércio Exterior Mineiro	21
ACT com Superintendência Regional da Receita Federal (SRRF)	22
Seminário “Explorando fronteiras: Regimes Aduaneiros Especiais e Oportunidades para o Crescimento da Indús”	23
Missões Comerciais	23
POLÍTICA MINERÁRIA, ENERGÉTICA E LOGÍSTICA	24
Política Minerária	24
Desenvolvimento Logístico	25
Regulação do Gás	26
Gasoduto do Centro-Oeste de Minas	27
DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS	27
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL)	27
Fomento aos Negócios	29
Artesanato	30
GESTÃO DE IMÓVEIS	31
Cadastramento e Arrecadação	31
Destinação de Ativos	32
TEMAS ENFATIZADOS PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	33
Comissão DEC	33
Comissão AMR	41
Comissão MEN	45
Comissão DCC	50
ÊNFASE APROVADA EM OUTRAS COMISSÕES	51

FICHA TÉCNICA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede

Fernando Passalio de Avelar - Secretário de Estado

Kathleen Garcia Nascimento - Secretária Adjunta

Guilherme da Cunha Andrade - Secretário Executivo

Cláudio de Paiva Ferreira - Chefe de Gabinete

Bruno Araújo Oliveira - Subsecretário de Ciência, Tecnologia e Inovação

Rodrigo Sampaio Melo - Subsecretário de Liberdade Econômica e Empreendedorismo

Frederico Amaral e Silva - Subsecretário de Atração de Investimentos e Cadeias Produtivas

Melissa Barcelos Martinelle - Subsecretária de Gestão de Imóveis

ORGANIZAÇÃO:

Assessoria Estratégica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

SIGLAS

Sede	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
ARMVA	Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
Cemig	Companhia Energética de Minas Gerais
Fapemig	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
Gasmig	Companhia de Gás de Minas Gerais
InvestMinas	Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais
Idene-MG	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
PIB	Produto Interno Bruto
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
VAB	Valor Adicionado Bruto
MLPC	Minas Livre Para Crescer
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Semad	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
APL	Arranjos Produtivos Locais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
CMON	Circuito Mineiro de Oportunidades e Negócios
ME	Microempresa
MEI	Microempreendedor Individual
EPP	Empresa de Pequeno Porte
Seplag	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fopemimpe	Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
MPE	Micro e Pequenas Empresas
ACT	Acordo de Cooperação Técnica
ICTs	Instituições de Ciência e Tecnologia
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
TLR	Nível de Maturidade Tecnológico
Subinova	Subsecretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

Apex	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
Seed	Startups and Entrepreneurship Ecosystem Development
Vuei	Vivência Universitária em Empreendedorismo e Inovação
IES	Instituição de Ensino Superior
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Seinfra	Secretaria de Estado de Infraestrutura de Mobilidade
PCRH	Programa de Capacitação de Recursos Humanos
UFV	Universidade Federal de Viçosa
Epamig	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
SEF	Secretaria de Estado de Fazenda
Emater Gerais	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas
Pibic	Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica
Pibic-JR	Programa De Apoio à Iniciação Científica e Tecnológica Júnior
Iepha	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
MBC	Minas Business Connection

INTRODUÇÃO

O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal indicador do valor econômico criado pelas atividades produtivas de um território durante determinado período, e sua análise possibilita compreender os fatores responsáveis pelo desempenho agregado da economia, sendo utilizado para avaliar o progresso de um país, estado ou região. Com base nisso e, considerando as competências atribuídas à Sede através da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, é relevante destacar neste relatório os principais resultados do PIB de Minas Gerais, levando em consideração os dados disponíveis para o quarto trimestre de 2023 do relatório publicado pela Fundação João Pinheiro, o qual embasa os dados apresentados nesta introdução com informações mais recentes desde a última edição do Assembleia Fiscaliza.

No quarto trimestre de 2023, o PIB mineiro apresentou retração de -0,5% em relação ao trimestre imediatamente anterior, causada pelas perdas na produção agropecuária, nas indústrias de transformação e no comércio. Na comparação interanual, o resultado foi positivo, com alta de 2,6% sobre o quarto trimestre de 2022, no estado em termos reais. Apesar da retração do nível de atividade no segundo semestre, o forte crescimento observado nos dois primeiros trimestres de 2023 garantiram que o PIB de Minas Gerais, no acumulado do ano, registrasse expansão de 3,1% em termos reais na comparação com o resultado de 2022.

Interessante demonstrar os pormenores do PIB, de acordo com os setores. Nesse sentido, quando comparado com o terceiro trimestre de 2023, o setor de agropecuária apresentou uma variação negativa de -9,4% no estado. A performance do setor agropecuário é influenciada pelo desempenho das lavouras e, na passagem do terceiro para o quarto trimestre, o menor peso café e do milho foi compensado pelo predomínio da cana-de-açúcar, mesmo com expansão da produção em todas as principais culturas, o resultado agregado ficou negativo em função da forte base de comparação.

Apesar da retração no último trimestre, a produção agropecuária não apresentou distribuição uniforme ao longo do ano e seu desempenho positivo nos primeiros trimestres garantiu um acumulado anual de 11,5% de crescimento. A Tabela 1 demonstra essas taxas para os setores da economia mineira.

Tabela 1: Taxas de variação real dos Principais Agregados Macroeconômicos (Brasil x Minas Gerais) – 4º trimestre de 2023 (%)

Agregado Macroeconômico	Base de Comparação			
	Trimestre imediatamente anterior	Mesmo trimestre do ano anterior	Acumulado no ano	Acumulado em quatro trimestres
Minas Gerais				
PIB	-0,5	2,6	3,1	3,1
Valor Adicionado de todas as atividades	-0,5	2,6	3,2	3,2
Agropecuária	-9,4	8,5	11,5	11,5
Indústrias	2,0	2,5	3,1	3,1
Indústrias extrativas	14,0	10,3	7,6	7,6
Indústrias de transformação	-1,8	-1,9	1,2	1,2
Utilidades públicas	8,5	14,9	8,7	8,7
Construção	2,6	1,0	-0,5	-0,5
Serviços	0,2	2,3	2,2	2,2
Comércio	-0,7	0,7	1,0	1,0
Transporte	2,4	9,2	6,6	6,6
Outros serviços	0,3	3,5	4,4	4,4
Administração pública	0,1	1,3	1,1	1,1
Brasil				
PIB	0,0	2,1	2,9	2,9
Valor Adicionado de todas as atividades	-0,1	2,3	3,0	3,0
Agropecuária	-5,3	0,0	15,1	15,1
Indústrias	1,3	2,9	1,6	1,6
Indústrias extrativas	4,7	10,8	8,7	8,7
Indústrias de transformação	-0,2	-0,5	-1,3	-1,3
Utilidades públicas	2,8	8,7	6,5	6,5
Construção	4,2	0,9	-0,5	-0,5
Serviços	0,3	1,9	2,4	2,4
Comércio	-0,8	-0,1	0,6	0,6
Transporte	-0,6	0,0	2,6	2,6
Outros serviços	0,6	2,8	3,6	3,6
Administração pública	0,1	1,7	1,1	1,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (2023)

Os setores de indústrias e serviços apresentaram crescimento no quarto trimestre, com aumento de 2% e 0,2%, respectivamente, em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Atividades industriais em Minas Gerais, que incluem atividades extrativas, de transformação, da construção e serviços industriais de utilidade pública, representam mais de um quarto da economia estadual. Destaca-se ainda que o setor industrial manteve um acumulado no ano de 3,1%, enquanto no Brasil observou apenas 1,6% de variação.

Dados recentes do IBGE indicam um aumento de 12,9% na produção das indústrias extrativas no quarto trimestre de 2023 em relação ao trimestre anterior, e um aumento de 7,6% no acumulado de 2023 em comparação ao ano anterior.

No que concerne ao setor de serviços, no quarto trimestre de 2023, nota-se expansão em várias áreas, as atividades de serviços de informação e comunicação e às atividades profissionais, científicas, técnicas e administrativas apresentaram expansão no volume de serviços em Minas Gerais tanto na comparação com o trimestre imediatamente anterior quanto na interanual. Em 2023 houve expressiva ampliação no volume de serviços em todos os grupamentos de atividades dispostas.

Em 2023, a economia de Minas Gerais alcançou um marco significativo ao superar pela primeira vez a marca de R\$1 trilhão em seu Produto Interno Bruto (PIB), atingindo R\$1,028 trilhão. Este crescimento de 3,1% em relação a 2022 consolida o estado como o terceiro maior da economia nacional, com uma participação de 9,5% no PIB do Brasil (Gráfico 1), um aumento de 0,7 pontos percentuais desde 2018. Os setores agropecuário, industrial e de serviços contribuíram positivamente para esse desempenho, com

crescimentos de 11,5%, 3,1% e 2,2%, respectivamente.

Gráfico 1 – Participação do PIB de Minas Gerais no PIB do Brasil do 1º trimestre de 2021 ao 4º trimestre de 2023



Fonte: Fundação João Pinheiro, Coordenação de Contas Regionais (CCR)

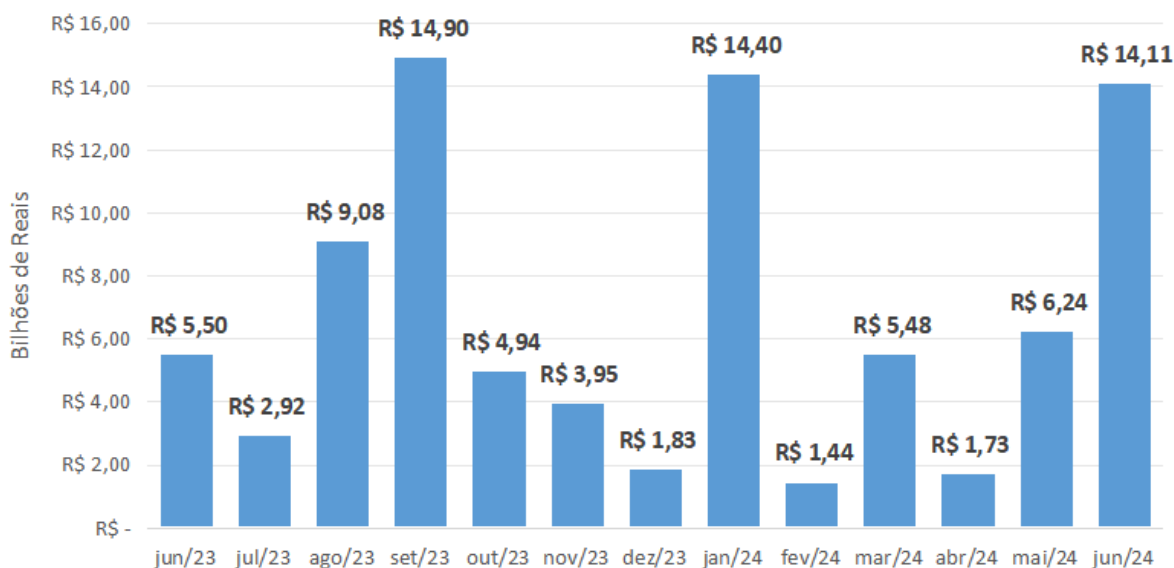
PROJETOS ESTRATÉGICOS

PE Invista em Minas - Promoção de Investimentos

O Invista em Minas é um projeto que busca a promoção de investimentos, negócios e empregos, em Minas Gerais, através da atração de novas empresas para o estado ou apoiando as que já existem para a realização de novos investimentos. O projeto também atua na identificação de gargalos e na defesa de políticas públicas (policy advocacy) favoráveis à melhoria do ambiente de negócios, contribuindo assim para o aumento da competitividade e atratividade de Minas Gerais e seus municípios. Para além, o projeto visa acompanhar os investimentos atraídos de forma que se tornem realidade para o povo mineiro.

O valor de investimentos atraídos para Minas Gerais entre 2019 e 2024 foi de R\$432.263.547.981,70 com a expectativa de geração de 205.768 empregos diretos. Especificamente, entre junho de 2023 e maio de 2024, o montante atraído em investimentos foi de R\$72.416.393.849,00, conforme Gráfico 2, com a expectativa de geração de 25.861 postos de trabalho. Neste período mais recente, foram atraídas 133 empresas, sendo as principais delas: Grupo Atlas (mineração), Docol (louças e metais sanitários), Lactalis (laticínios), Usina Delta (sucroenergético), Indorama Ventures (embalagens), entre outras. Em junho de 2024 foram formalizados também projetos de investimento com a Stellantis (automotivo) de R\$14 bilhões e Wabtec (ferroviária) de R\$107 milhões.

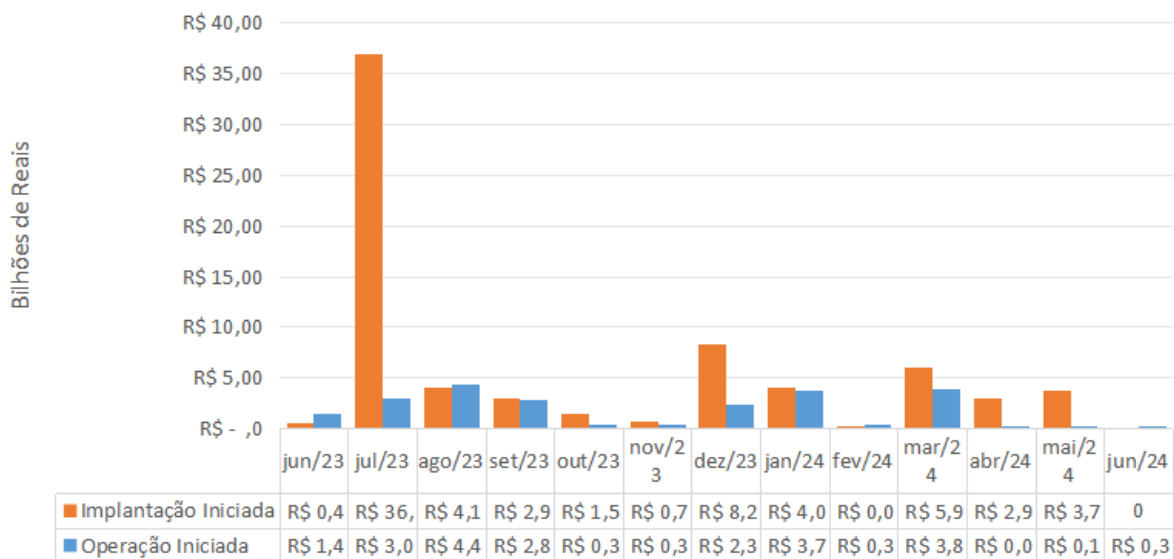
Gráfico 2 - Total de investimentos (R\$ bilhões) atraídos por mês - Junho/23 a Junho/24



Fonte: Invest Minas. Elaboração: Assessoria Estratégica/Sede

Entre 2019 e 2024, R\$225.605.174.024,00 em investimentos entraram no estágio de implantação ou operação iniciada. No período de junho de 2023 a maio de 2024, o montante de investimentos que entraram no estágio de implantação iniciada foi de R\$71.680.917.015,00 com a geração de 31.762 empregos diretos, enquanto os investimentos que entraram no estágio de operação iniciada totalizaram R\$22.794.795.796,00 com a geração de 32.758 empregos diretos, impactando diretamente a vida do cidadão mineiro.

Gráfico 3 - Total de investimentos (R\$ bilhões) formalizados em estágio de implantação e operação iniciada por mês - Junho/23 a Junho/24



Fonte: Invest Minas. Elaboração: Assessoria Estratégica/Sede

As principais empresas que **iniciaram a implantação no segundo semestre de 2023**, são: Ave Rara; Bom Retiro Energia S.A. (Ágape); Carangola Iv Energia S.A. (Ágape); Companhia Brasileira De Metalurgia E Mineração; Companhia Energética De Minas Gerais – Cemig; Copasa; Danone Ltda.; Espumafran Indústria De Espumas Eireli; Eurochem /Fertilizantes Tocantins; Grande Hotel De Araxá E Termas; Highstil; Inc Spa Do

Brasil; Indorama Ventures Soluções Sustentáveis Brasil Ltda; Janaúba Geração Energia Solar Sa (Complexo Janaúba); Jequeri Energia S.A. (Ágape); Laticínios Leolac; Mallton Do Brasil; Plié Confeccões; Santa Cruz (Agape); Tânia Bulhões; Taua Resort Caete; Usinas Siderurgicas De Minas Gerais S/A Usiminas; Vale; Vistas Da Praia; Lactalis; Vila Galé Brasil Atividades Hoteleiras; Santa Clara Eco Resort; Comporte Participações; Neoenergia.

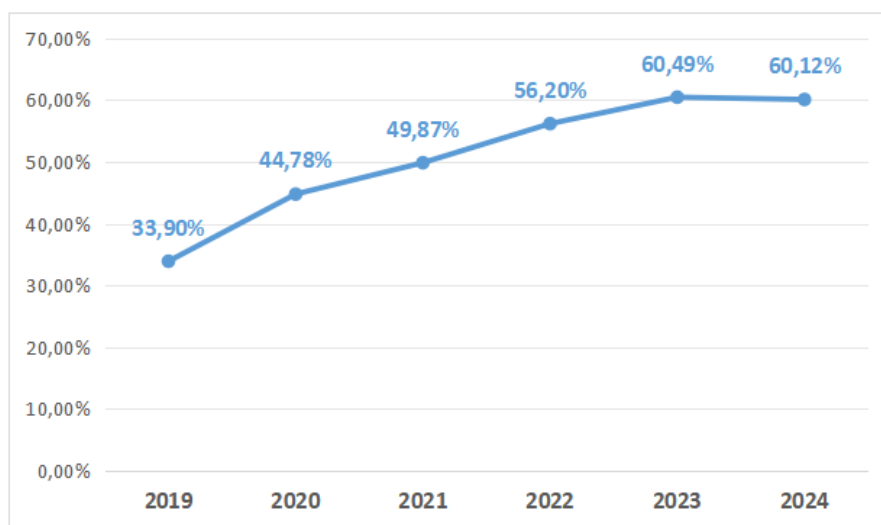
No que tange às **empresas que entraram em operação nesse mesmo período**, destacam-se: Arese Nutrition; Ave Rara; Ball Embalagens Ltda; Cooprata; Inc Spa Do Brasil; Indorama Ventures Soluções Sustentáveis Brasil Ltda; Janauba Geracao Energia Solar Sa (Complexo Janaúba); Laticínios Leolac; Mallton Do Brasil; Mineração Morro Do Ipê; Mineração Nossa Senhora Sion Ltda; Mrv Prime Lii Incorporacoes Spe Ltda; Nova Uniao Energia Sa (Ágape); Omron Healthcare Brasil; Real Ville Urbanismo Ltda.; Tonz; Vale; Yofc Poliron Industria E Comercio De Cabos Especiais Ltda.; Docol Metais Sanitários LTDA; Lactalis; C-Core Brasil; Usina Cerradão LTDA; BP Bunge Bioenergia; Bioenergética Aroeira S.A.; Agropeu - Agro Industrial de Pompéu; ACG do Brasil.

No primeiro semestre de 2024 se destacam as seguintes empresas que iniciaram a implantação: Harsco Environmental; Mosaic Fertilizantes P&K Ltda; Vale S.A.; S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool; Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.; Nutrien Soluções Agrícolas; Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações; Canápolis Açúcar e Etanol S.A; Adidas; Neuman & Esser.

No que tange às principais **empresas que entraram em operação nesse mesmo período**, tem-se: Harsco Environmental; Mosaic Fertilizantes; P&K Ltda; Vale S.A.; Adidas; Fulwood S.A.; Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração; Wella; Damare/Laticínios Rezende; Usina Uberaba S/A; WD Agroindustrial LTDA; S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool; Kamaleão Têxtil; Contagem IV Spe LTDA.

Diante desses resultados, a taxa de conversão dos protocolos de intenção em investimentos reais vem ampliando consideravelmente (conforme Gráfico 4, abaixo), destacando-se uma leve estagnação do aumento com os dados intermediários de 2024, porém ainda mantendo-se em patamares relevantes frente ao histórico.

Gráfico 4 - Evolução da taxa de conversão dos investimentos - Dezembro/2019 a Maio/2024



Fonte: Invest Minas. Elaboração: Assessoria Estratégica/Sede

PE MG Tech

O **projeto estratégico MG Tech** teve início no ano de 2023 com o propósito de aprimorar o ecossistema de inovação voltado para o setor produtivo de Minas Gerais, bem como promover ações que estimulam a adoção da inovação no setor público. Nesse contexto, cabe demonstrar alguns dos principais resultados desse projeto para os anos de 2023 e 2024.

1. Apoio nos processos de inovação e digitalização das prefeituras
2. Fornecimento de pacote normativo de incentivo à inovação
3. Apoio ao desenvolvimento de metodologia de cidades inteligentes
4. Diagnóstico do nível de maturidade tecnológica do município
5. Capacitação dos servidores municipais

Desde a sua criação, o programa já obteve a adesão de 53 municípios que representam 1.9 milhões de mineiros. A iniciativa demonstra forte interesse, com mais de 125 municípios adicionais manifestando seu desejo de participar.

Em fevereiro de 2024, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais lançou o **Hub MG Gov**, o maior programa de inovação aberta para o setor público da América Latina. Com o objetivo de impulsionar a eficiência, a desburocratização e a inovação na administração pública estadual, o programa oferece R\$40 milhões em recursos para o financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. A iniciativa se baseia na abordagem de Desafios Públicos, buscando soluções inovadoras para mais de 240 problemas mapeados em 30 órgãos públicos participantes. As submissões se encerraram em junho com 129 inscrições submetidas totalizando R\$185 milhões de recursos requeridos.

No que tange ao fomento à **Pesquisa e Tecnologia**, o MG TECH conta com uma gama de editais que fomentam a tríplice-hélice, a inovação nas ICT's e a inserção de pesquisadores e cientistas no setor produtivo, fomentando não somente o fortalecimento das ICTs, como também a cultura de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em Minas. Nesse sentido, em dezembro de 2023 foi lançado o edital **Pesquisador na Empresa**, Chamada Pública SEDE/FAPEMIG que visa o financiamento de bolsas para que pesquisadores possam atuar na resolução de problemas e no desenvolvimento de soluções junto ao setor produtivo. O novo programa busca inserir no setor empresarial a cultura de P&D e demonstrar a importância do profissional qualificado de C,T&I, garantindo não somente maior possibilidade de absorção desses profissionais após a finalização do projeto, como também um ganho exponencial no setor produtivo mineiro. Foram disponibilizados R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) e já está em fase de estudo a nova edição do Programa.

Em junho/24 foi publicada a **Chamada Tríplice Hélice – APL**, iniciativa que busca chamar as ICTs inseridas em Minas para resolver desafios, gargalos e problemas captados junto às empresas e às coordenações dos APLs mineiros. Foram levantados mais de 50 desafios, os quais foram triados e disponibilizados em uma Chamada Pública aqueles que tinham aderência a resolução tecnológica. A Chamada está aberta para submissões até o dia 15 de julho. Espera-se que esta iniciativa fortaleça a interação ICT-empresa, gerando maior competitividade às empresas mineiras, melhoria nos produtos com possibilidade de incremento no valor agregado, além de ser um atrativo à interação empresarial na forma de Arranjo Produtivo

Local. Foram disponibilizados R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para esta iniciativa.

Ainda nesta linha está devidamente planejado e já submetido junto à FAPEMIG outros três editais, o primeiro é o **Alysson Paolinelli**, Chamada Pública de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) para projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação em setores agropecuários, por ICTs ou por ICTs em parceria com Empresas e Cooperativas. A ideia é não somente homenagear uma das figuras mais relevantes da história mineira, como também garantir mais desenvolvimento, inovação e melhorias em um dos setores mais importantes da economia mineira, o setor agropecuário. Além de fortalecer pesquisas de impacto de instituições renomadas nestes setores. A previsão de lançamento é 29 de junho de 2024.

Outra iniciativa é a Chamada de **Laboratórios Certificadores**. Construção da SEDE que busca fomentar a acreditação de laboratórios existentes bem como a formação de novos laboratórios em ICTs que tenham como finalidade a prestação de serviços tecnológicos, emissão de análises e laudos, bem como a certificação de produtos. Essa iniciativa se deu após a percepção do sucesso que fora o financiamento de laboratórios com esta finalidade e na necessidade de reduzir gargalos, seja da formalização de negócios seja na emissão de laudos necessários a comercialização de produtos que hoje estão ou gargalos em função do volume, ou que não podem ser atendidos em Minas Gerais. A chamada, que está em processo final para publicação do edital, disponibilizará R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para a acreditação destes espaços ou para a equipamentação e estruturação de novos laboratórios que possam prestar serviços com essa finalidade. Acreditamos que a iniciativa não somente poderá reduzir informalidade, agregar valor aos produtos mineiros, aumentar a competitividade e reduzir os custos para os produtores, como também irá gerar mais expertises, competências e capacidades tecnológicas pelas ICTs.

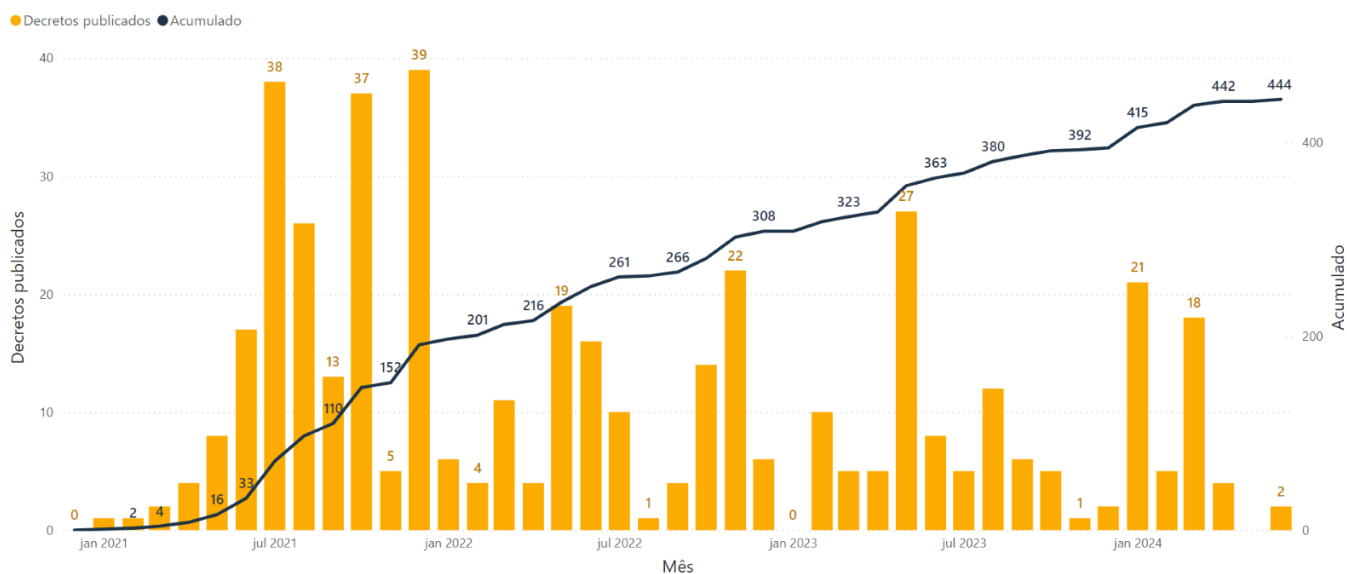
Por fim, também em processo final de elaboração do edital, será lançada a Chamada **Cientista Empreendedor**, no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), com o intuito de financiar ambientes promotores de inovação em conjunto com pesquisadores e cientistas, para gerar negócios a partir de suas pesquisas desenvolvidas. O pesquisador será capacitado e receberá suporte do ambiente promotor para transformar sua pesquisa em uma spin off acadêmica (CNPJ), e levar para o mercado sua ideia, produto e, ou processo. Além disso a iniciativa visa garantir ao pesquisador empreendedor suporte para a formatação do seu empreendimento, fomentando a geração de novos negócios, o povoamento dos nossos ambientes promotores de inovação como Parques, Polos e Incubadoras, além apresentar uma nova possibilidade ao nossos mestrados, mestres, doutorandos e doutores, o do empreendedorismo.

PE Minas Livre para Crescer

O Projeto Estratégico Minas Livre Para Crescer (MLPC) é um Programa Estadual de Simplificação Administrativa e tem como meta transformar o estado de Minas Gerais no ambiente mais propício para atividades empresariais em todo o Brasil, promovendo maior competitividade e atratividade para investimentos e negócios impulsionando, assim, o desenvolvimento econômico e a criação de oportunidades de trabalho e renda.

De julho até outubro de 2023, 28 novos municípios aderiram ao MLPC, enquanto em 2024, 50 municípios já aderiram ao Programa. No período de 2019 a 2024 chegou-se à marca de 444 municípios livres, como pode ser visualizado no Gráfico 5. São mais de 11,4 milhões de mineiros impactados pela lei de liberdade econômica, o que corresponde a 55,68% da população mineira.

Gráfico 5: Acumulado de municípios livre 2021-2024



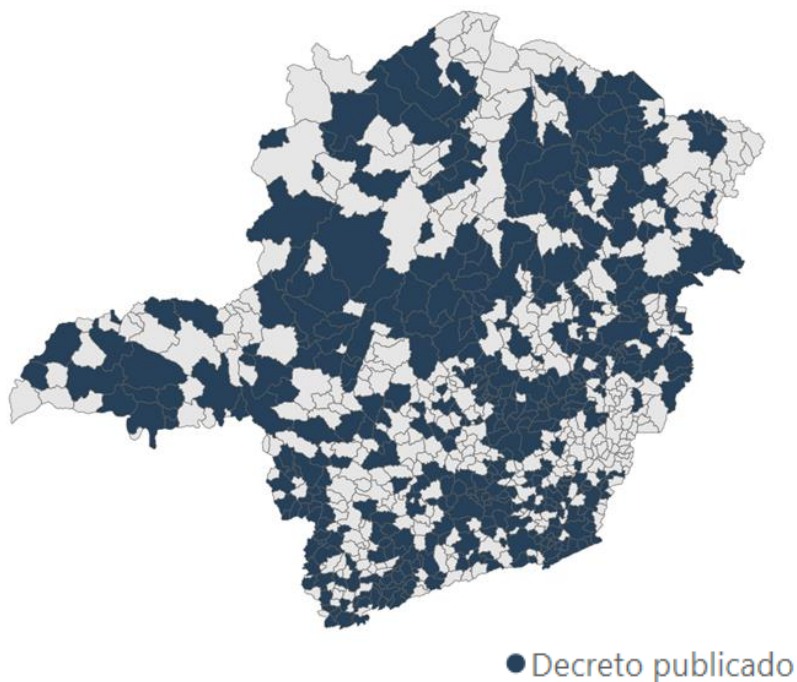
Fonte: Minas Livre Para Crescer. Elaboração: Assessoria Estratégica/Sede

Os 28 municípios mineiros que aderiram ao programa MLPC segundo semestre de 2023 foram: Almenara, Antônio Dias, Bom Jardim de Minas, Botelhos, Cachoeira Dourada, Campanário, Campina Verde, Catuji, Entre Folhas, Espírito Santo do Dourado, Frei Gaspar, Guaranésia, Itabirinha, Itaipé, Itapagipe, Machacalis, Malacacheta, Nanuque, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Poté, Rubelita, Santa Helena de Minas, Santo Antônio do Aventureiro, Serra dos Aimorés, Serrania, Vargem Grande do Rio Pardo e Volta Grande. O PIB impactado pela adesão dos 28 municípios é de R\$5.642.537,86, o que corresponde a 1,77% do PIB total do estado. Quanto à população, o somatório da população dos 28 municípios foi de 300.334 pessoas, cerca de 3,45% da população total de Minas Gerais.

Já em 2024, os 50 municípios mineiros que aderiram ao programa MLPC neste primeiro semestre foram: Alagoa, Alpinópolis, Araçuaí, Ataléia, Baependi, Berilo, Borda da Mata, Brasília de Minas, Bugre, Cambuquira, Capelinha, Carmos de Minas, Cipotânea, Conceição do Rio Verde, Cruzília, Elói Mendes, Funilândia, Itamarandiba, Itamonte, Itinga, Janaúba, Jesuânia, João Pinheiro, Leme do Prado, Liberdade, Mato Verde, Mercês, Minas Novas, Minduri, Mirabela, Morada Nova de Minas, Nova Era, Olímpio Noronha, Peçanha, Pedras de Maria da Cruz, Perdões, Ponto dos Volantes, Rio Pomba, Rio Preto, Rosário da Limeira, São Francisco, São João Batista do Glória, São Sebastião do Rio Verde, São Thomé das Letras, Senhora dos Remédios, Soledade de Minas, Tupaciguara, Vazante, Virgínia e Amparo do Serra. O PIB impactado pela adesão dos 50 municípios nesse primeiro semestre é de R\$16.353.479.939,00 o que corresponde a 2,39% do PIB total do estado. Quanto à população, o somatório da população dos 50 municípios foi de 799.438 pessoas, cerca de 3,9% da população total de Minas Gerais.

Segue abaixo, o Mapa 1 com a distribuição dos municípios aderidos ao MLPC até o presente momento:

Mapa 1: Municípios livres em Minas Gerais



Fonte: Minas Livre Para Crescer. Elaboração: Assessoria Estratégica/Sede

No contexto do programa, através de uma análise interna dos municípios livres por meio de dados disponibilizados pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foi possível observar que:

- dos 100 municípios mineiros que mais geraram emprego em 2024 (aqueles com a maior taxa de variação - relativa), 53 fazem parte do programa MLPC;
- dos 100 municípios mineiros que mais geraram emprego em 2024 (aqueles com a maior número de empregos - absoluta), 72 fazem parte do programa MLPC.
- dos 10 municípios mineiros de pequeno porte (população inferior a 50.000 habitantes) que mais geraram emprego em 2024 (aqueles com a maior taxa de variação - relativa), 5 fazem parte do programa;
- dos 10 municípios mineiros de pequeno porte (população inferior a 50.000 habitantes) que mais geraram emprego em 2024 (aqueles com a maior número de empregos - absoluta), 8 fazem parte do programa;
- do total da geração de emprego em 2024 (análise pelo saldo), os municípios que aderiram ao programa respondem por 57,77% dos postos.

Com relação à **desburocratização e simplificação de procedimentos** através de uma atuação integrada aos órgãos e entidades estaduais, destaca-se que o programa recebeu, até o momento, 253 proposições sendo que 219 proposições foram concluídas e outras 34 estão em andamento (13,4%), sendo que 25 estão no início do processo de implementação (73,5%) e 9 ainda estão em análise por parte do órgão (26,5%).

Neste semestre, também tivemos a atualização das **classificações das atividades econômicas de baixo risco**, por meio da Resolução do CGSM nº 03/2024, 06 de abril de 2024, que “Define atividades de baixo risco

no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais para os fins da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.”. Com essa atualização, o estado passou de 701 para 730 atividades econômicas com dispensa de ato público para liberação.

Vale ressaltar, ainda, a atuação conjunta entre Jucemg, Sede e Sebrae Minas, realizada em outubro de 2023, com o lançamento do projeto “**Redesim + Livre**”, que tem o objetivo de simplificar e agilizar a abertura de empresas nos municípios mineiros. Nele, estiveram presentes mais de 500 gestores públicos, para ouvirem sobre o projeto que tem o objetivo de efetivar a Redesim e a Liberdade Econômica no município, com destaque para a possibilidade de automatizar todas as etapas de competência da prefeitura para a abertura e legalização de empresas. A adesão é totalmente gratuita para as prefeituras, que devem cumprir alguns requisitos relacionados à Redesim e Liberdade Econômica para a implantação. O programa já conta com 16 municípios com a Rede Sim implantada, 35 municípios aderidos em fase de implantação e 56 municípios em fase de adesão. Os 16 municípios aderidos são: Patos de Minas, Pirapora, Catuji, São Tiago, Curvelo, São Joaquim de Bicas, Araguari, Franciscópolis, Cabo Verde, Pedra Dourada, Córrego Novo, Faria Lemos Lagoa da Prata, Guanhaes, Malacacheta e Pratápolis. Além destes, 35 estão aderidos e em processo de implantação e 56 estão em processo de adesão. Por fim, destaca-se que um exemplo notável dos benefícios do Redesim+ Livre que é o caso de Patos de Minas - o primeiro município a implementar o sistema, que, em apenas 10 dias, obteve resultados expressivos: dos 800 pedidos de alvarás recebidos, 790 foram liberados automaticamente e apenas 10 necessitaram de análise manual, além de terem sido deferidas 1.226 análises locais de forma automatizada.

Minas REURB

O Programa Mineiro de Regularização Territorial (Minas Reurb) é um programa coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede) e executado também em parceria com a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço (ARMVA) e a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab MG) e prefeituras municipais. O programa visa desenvolver e ampliar a atuação do Estado de Minas Gerais no apoio às demandas de regularizações fundiárias de núcleos urbanos informais, conforme disponibilidade orçamentária, financeira e técnica. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento econômico nas diversas regiões do estado por meio da regularização fundiária urbana materializada com a efetiva entrega do título de propriedade às famílias beneficiadas.

Nesse contexto, é relevante ressaltar as conquistas alcançadas no âmbito da regularização fundiária ao longo dos últimos anos. Desde 2019, após o reinício da política de Reurb em Minas Gerais, o governo iniciou o processo de viabilização (por meio de execução própria ou por formalização de parcerias e convênios com municípios) um total de mais de 75 mil títulos para os mineiros das mais diversas regiões do Estado. Sendo que a execução nos diversos municípios encontram-se em estágios diversos e distintos.

No tocante aos títulos já emitidos, destaca-se que desde 2019 já foram mais de 11 mil títulos para mineiros das mais diversas regiões e municípios do Estado por meio dos esforços da Sede, Armva e Cohab, sendo que somente em 2023 houve a emissão de 3.624 títulos e em 2024 1.549 a partir das políticas geridas pelas três instituições Sede, Armva e Cohab.

Analisando, especialmente, os resultados obtidos no segundo semestre de 2023, no período de julho a dezembro foram emitidos 722 títulos de propriedade pela Sede e Armva e 562 pela Cohab. Abaixo, pode ser

verificada a relação dos municípios que tiveram títulos emitidos neste período.

Tabela 2 – Resumo dos títulos emitidos por Município no segundo semestre de 2023

Município	Responsável	Nº de Títulos Emitidos
Iapu	ARMVA	130
Mesquita	ARMVA	23
Curvelo	Sede	113
Araxá	Sede	19
Pedra Azul	Sede	110
Rubim	Sede	200
Salto da Divisa	Sede	127
Diversos Municípios	COHAB	562

Fonte: Assessoria Estratégica/Sede

No período de janeiro a junho de 2024, a Sede e Armva emitiram 712 títulos de propriedade, enquanto a Cohab emitiu 882. Abaixo, segue a lista dos municípios que receberam títulos nesse período.

Tabela 3 – Resumo dos títulos emitidos por Município no primeiro semestre de 2024

Município	Responsável	Nº de Títulos Emitidos
Antônio Dias	ARMVA	11
Iapu	ARMVA	43
Mesquita	ARMVA	22
Periquito	ARMVA	380
Timóteo	ARMVA	23
Barroso	Sede	191
Araguari	Sede	5
Araxá	Sede	37
Diversos Municípios	COHAB	882

Fonte: Assessoria Estratégica/Sede

Esses documentos representam não apenas uma formalização legal, mas a efetiva garantia do direito de propriedade e posse às famílias residentes em áreas urbanas informais.

PE Vale do Lítio

Em 09 de maio de 2023, foi lançado na bolsa da NASDAQ, em Nova York, o Lithium Valley Brazil, uma iniciativa para atração de investimentos para a cadeia produtiva do lítio na região do Vale do Jequitinhonha-MG.

A partir desse marco, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico tem somado esforços para a construção de um projeto estratégico intersetorial o qual objetiva desenvolver cidades do Norte e Nordeste do estado em torno da cadeia produtiva do lítio, a partir da geração de emprego e renda para a população das regiões.

Em julho de 2023 foi criado o **GT Vale do Lítio** a partir da resolução Sede nº 23 de 18 de julho de 2023 com

a participação dos seguintes órgãos: Sede, Idene, BNB, BDMG, Codemge, Sedese, Seinfra, Fundação Gorceix, Fapemig, Semad, UFMG, Invest Minas, Segov, Sebrae, Sindiextra, Ibram, Secretaria Geral, SGB, Empresas do Setor, Prefeituras e Forças de Segurança.

As reuniões de planejamento do GT se iniciaram em agosto de 2023 e se estenderam até março de 2024. Dessas reuniões saíram ações e entregas para a região no intuito de promover a cadeia produtiva do lítio, mitigar impactos e desenvolver a região. Para além desses integrantes do GT, outras secretarias de estado também foram convidadas a incluir suas ações para a região de modo que todo o estado esteja somando esforços para a região.

Com base nesse contexto, o **projeto estratégico está sendo formulado a partir de 5 eixos**: promoção da cadeia de valor do lítio; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento humano; políticas setoriais e políticas estruturantes. Desses eixos se desdobram algumas frentes do projeto, quais sejam: atração de investimentos, infraestrutura, licenciamento ambiental, pesquisa e desenvolvimento, apoio às pequenas e médias empresas, qualificação da força de trabalho, saúde e educação, segurança pública e habitação.

O planejamento intersetorial e integrado está sendo elaborado no projeto com a participação de 25 órgãos e entidades do governo e 8 parceiros externos propõe promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do lítio em consonância com o desenvolvimento regional e a mitigação dos impactos destes.

Cabe destacar **alguns avanços já observados desde o lançamento do Lithium Valley Brazil** em Nova Iorque (EUA):

- Operação da empresa AMG desde 2018 com R\$838 milhões investidos e a geração de 290 empregos diretos
- Operação da Sigma Lithium desde 2023 com R\$500 milhões investidos e a geração de 300 novos empregos diretos;
- Projeto de expansão das atividades da CBL que já atua na região há mais de 10 anos. A expansão conta com investimento de R\$20 milhões possibilitando 141 novos empregos diretos,.
- Por fim, cabe demonstrar as empresas que ainda estão em implantação: Atlas Lithium com um investimento de R\$750 milhões e uma expectativa de gerar 1.200 novos empregos diretos e Lithium Ionic com um investimento de R\$750 milhões e expectativa de gerar 1.000 novos empregos diretos.
- A empresa Latin Resources teve seu projeto formalizado em fevereiro de 2024, com um valor de R\$ 600 milhões e expectativa de gerar 300 novos empregos diretos
- Outra conquista para a região é a conexão direta entre a capital mineira e Salinas, município do Vale do Jequitinhonha, inaugurado em 2023 com a operação do primeiro voo regular. Essa conexão aérea, operada pela Azul Linhas Aéreas, estabelece uma ligação fundamental para o desenvolvimento da região, facilitando o acesso de investidores, empresários e turistas.

Por fim, vale destacar a atuação dedicada pelo governo de forma a envidar esforços para execução de políticas públicas baseadas na realidade da região. Neste sentido, a fim de estar presente na região acompanhando as ações e resultados já observados até o momento e captando as necessidades da população local, o governo tem iniciado uma série de agendas na região. No mês de abril/24 o Vice- Governador e o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico estiveram na região para conhecer os projetos que

estão estimulando a região. No mês de maio o Governador também visitou municípios e empresas da região em comemoração ao marco de 1(um) ano do Projeto Vale do Lítio. Para além disso, no mês de junho foi feita a primeira reunião presencial do Grupo de Trabalho na região, foram 3 dias que contemplaram visita às empresas e conversa com a sociedade civil.

OUTRAS AÇÕES ESTRATÉGICAS

CADEIAS PRODUTIVAS E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

Apoio à Qualificação da Mão de obra

No dia 22/08/2023 ocorreu o evento para oficializar a parceria entre Governo de Minas e Unicef para a iniciativa **1 Milhão de Oportunidades de Futuro**, que tem o intuito promover a empregabilidade de jovens egressos do Trilhas de Futuro, ao passo que atende às demandas por mão de obra do mercado de trabalho, em especial da indústria de Minas Gerais. As atividades relacionadas a esta parceria são desenvolvidas pela Sede, SEE e Sedese, em parceria com a Unicef. A Sede, por meio da Diretoria de Políticas de Atração de Investimentos e Diversificação Econômica (DINV), é responsável pelo contato com as empresas para aderirem à iniciativa e oportunizar, em acordo com suas necessidades, a geração de vagas aos egressos do curso.

Ademais, foram realizados 4 workshops em outubro de 2023 que contaram com a participação de 16 empresas, no total, a fim de que as empresas pudessem avaliar a aderência de algumas matrizes curriculares ofertadas no Trilhas de Futuro às suas atividades. Ainda no contexto das atividades desenvolvidas relacionadas à qualificação de mão de obra, a DINV tem se reunido com algumas empresas, com intuito de difundir a possibilidade e importância da participação do setor privado para a definição dos cursos a serem ofertados no Programa Trilhas de Futuro, bem como convidar as empresas a participarem da iniciativa 1 Milhão de Oportunidades para o Futuro.

A Superintendência de Atração de Investimentos e Estímulo à Exportação (SINVEX), por meio da DINV, ao longo do primeiro semestre de 2024, realizou o 5º mapeamento por demanda de mão de obra qualificada. O mapeamento foi realizado no âmbito do 5º edital do **Trilhas de Futuro** e consultou diversos setores produtivos, sendo considerado insumo base para que os cursos oferecidos pela SEE, pelo programa Trilhas de Futuro, estejam em consonância com as demandas do setor produtivo. Ao todo, foram mapeadas 12.000 vagas, junto a 653 instituições de diversos setores, em 123 municípios mineiros. Para além de auxiliar na determinação das vagas de cursos técnicos a serem ofertados no Trilhas de Futuro, o mapeamento também é uma forma de antecipar a demanda de mão de obra do mercado e, também, junto à Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedese), pensar a oferta e conteúdo de cursos de capacitação e formação inicial, mais voltados para a necessidade do setor produtivo.

Cooperação para atração de investimentos

Ainda, no primeiro semestre de 2024, a DINV foi responsável pela interlocução e elaboração de um **Acordo de Cooperação com a Associação Mineira de Indústria Florestal (AMIF)** e um **Memorando de Entendimento**

(MoU) com a **Organização Japonesa para Metais e Segurança Energética (JOGMEC)**. O primeiro tem como objetivo promover o desenvolvimento do setor de florestas plantadas em Minas Gerais, aliando a estrutura de planejamento e construção das políticas públicas da Administração Direta com a expertise do setor produtivo, realizando estudos e diagnósticos, e revisando o arcabouço legal das cadeias produtivas da agroindústria de florestas plantadas em Minas Gerais, para promover a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento econômico do estado de forma sustentável. Já o MoU com a JOGMEC têm como foco a aceleração dos investimentos japoneses no setor dos recursos minerais e energéticos em Minas Gerais, reforçando a relação colaborativa entre Minas Gerais e o Japão em áreas estratégicas para a transição energética para uma economia de baixo carbono.

PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E COMÉRCIO EXTERIOR

Grupo de Trabalho para Fomento do Comércio Exterior Mineiro

No que tange às ações de facilitação do comércio exterior, a partir da instituição do **Grupo de Trabalho para Fomento do Comércio Exterior Mineiro - GTComexMG**, por meio da resolução SEDE nº 30, de 11 de agosto de 2023, já houveram avanços significativos. O GTComexMG é um fórum técnico qualificado formado por 16 instituições e departamentos públicos e privados aderentes e representativos na pauta de comércio exterior do estado de Minas Gerais. Seu propósito é realizar o mapeamento de gargalos estruturantes existentes no comércio exterior mineiro, bem como construir iniciativas e políticas públicas a serem implementadas para o desenvolvimento e fortalecimento do comércio exterior no estado. Neste primeiro semestre de 2024 o GTComexMG se debruçou no aprimoramento dos critérios adotados pela Secretaria de Estado de Fazenda nas liberações para desembaraço aduaneiro fora do estado. Como parte do aprimoramento no processo de autorização ou renovação de desembaraço em outras UFs, um conjunto novo de requisitos entrou em vigor a partir do dia 1º de março deste ano. Dentre esses requisitos, as empresas que solicitarem tal autorização deverão preencher um formulário padronizado de orçamento. Esse formulário foi elaborado no âmbito do Grupo de Trabalho, especialmente pelos recintos alfandegados, e a SEF adicionou informações de periodicidade e tempo médio de desembaraço. A empresa solicitante deve apresentar o orçamento do porto onde se pretende realizar o desembaraço aduaneiro, bem como do recinto alfandegado mineiro.

ACT com Superintendência Regional da Receita Federal (SRRF)

O Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), assinou, no dia 11/03/24, um **Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Superintendência Regional da Receita Federal (SRRF) - 6ª Região Fiscal**. O objetivo do instrumento, coordenado pela Diretoria de Promoção de Exportações e Comércio Exterior (DIPEX), é respaldar a implantação de ações estratégicas para fortalecer o ambiente de comércio exterior no estado, com foco especial na criação de instalações e procedimentos aduaneiros que ampliem e sustentem as operações de comércio exterior na região.

O ACT foi firmado pelo secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, e o superintendente da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal, Michel Lopes Teodoro. O evento ocorreu no prédio da Alfândega da Receita Federal no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins.

A expectativa é de que a adoção dessas ações voltadas para a política de promoção de exportações e

comércio exterior, além de estimularem os negócios do estado com outros países, contribuam também para a atração de investimentos e o adensamento das cadeias produtivas locais.

Figura 1: Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Superintendência Regional da Receita Federal (SRRF) - 6ª Região Fiscal em março/2024



Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Seminário “Explorando fronteiras: Regimes Aduaneiros Especiais e Oportunidades para o Crescimento da Indústria”

Ainda no âmbito das atividades voltadas para o setor de comércio internacional, destaca-se a realização do seminário **“Explorando fronteiras: Regimes Aduaneiros Especiais e Oportunidades para o Crescimento da Indústria”**, que abordou aspectos legais, tributários e operacionais dos regimes aduaneiros especiais para os setores produtivos mineiros. O seminário foi composto por seis painéis voltados para a capacitação de empresas mineiras sobre os tipos de regimes aduaneiros e seus potenciais benefícios para a exportação de produtos, assim como para divulgar e expandir oportunidades de internacionalização. O evento ocorreu em 08/05, no Auditório JK, na Cidade Administrativa, em parceria com os membros do Grupo de Trabalho para Fomento do Comércio Exterior de Minas Gerais. Além das palestras, a ação contou com a apresentação de linhas de financiamento para pequenas, médias e grandes empresas.

Figura 2: Seminário “Explorando fronteiras: Regimes Aduaneiros Especiais e Oportunidades para o Crescimento da Indústria” em maio/2024



Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Missões Comerciais

Foi realizada entre os dias 21 e 25 de agosto de 2023, uma **missão comercial ao Chile**, estruturada em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa; a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG e com o apoio da Embaixada do Brasil em Santiago e da Câmara de Comércio Chileno Brasileira. A missão foi fruto do trabalho de inteligência comercial e prospecção de mercados realizado pela Diretoria de Promoção de Exportações e Comércio Exterior - DIPEX. Por meio deste trabalho, a Diretoria identificou oportunidades a serem exploradas no mercado chileno para os setores de lácteos, equipamentos médicos e móveis. A Missão contou com rodadas de negócios, participação em feira e visitas técnicas, às ações ao todo geraram uma expectativa de negócios de R\$13,9 milhões.

Foi realizada entre os dias 20 e 21 de junho, uma missão comercial ao Paraguai, estruturada em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); e com o apoio da Embaixada do Brasil em Assunção. A missão é fruto do trabalho de inteligência comercial e prospecção de mercados realizado pela DIPEX. Por meio deste trabalho, a Diretoria identificou oportunidades a serem exploradas no mercado paraguaio para os setores de alimentos e bebidas. A Missão contou com rodadas de negócios, reunião com o Ministério da Mulher do Paraguai, visita ao Congresso Nacional do Paraguai e visitas técnicas em redes de supermercados e distribuidores.

No segundo semestre de 2023, ocorreram três grandes eventos regionais de qualificação para comércio exterior, tendo como foco o lançamento da plataforma de negócios “**Minas Business Connection**”. Os eventos aconteceram nos municípios de Divinópolis, Varginha e Salinas, e contaram com um público estimado total de 440 empresas. Estes eventos foram estruturados em parceria com atores institucionais que contribuem com a Sede nas agendas de comércio exterior, são eles: 6ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil; Banco do Brasil; Correios; Fiemg; Invest Minas; Sebrae; portos-secos localizados no estado.

Ainda relativo a plataforma Minas Business Connection, houve o cadastro no 2º semestre de mais 125 empresas mineiras, totalizando 499 empresas cadastradas desde o começo de 2023 e um total de 612 empresas desde o seu lançamento em 2022.

Já no primeiro semestre de 2024, houve a participação da DIPEX em três eventos regionais, com foco na apresentação da plataforma de negócios “Minas Business Connection”. Os eventos aconteceram nos municípios de Cataguases, Nova Serrana e Araponga, e contaram com um público estimado total de 350 empresas.

Na execução da Política de Promoção de Exportações e Comércio Exterior, desenvolveram-se **ações para a promoção comercial de produtos mineiros** para 11 países no 2º semestre de 2023, sendo eles: Chile, Mercados Árabes (Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes, Israel, Omã e Jordânia), África do Sul, Índia, Paraguai e Peru. Ademais, foram coordenadas ações comerciais com embaixadas do Brasil no exterior, a citar: África do Sul, Chile, Bolívia, Estados Unidos e Paraguai. Para além, foram realizados 3 eventos de capacitação, de divulgação de oportunidades de exportação e de ferramentas e programas de apoio, participaram destas atividades diversas empresas, associações e entidades de classe. No 1º semestre de 2024 foram mais 3 países, sendo eles: Polônia, Paraguai e Peru, bem como foram coordenadas ações comerciais com outras embaixadas do Brasil no exterior para a realização de iniciativas no 2º semestre, a citar: Jordânia, África do Sul e Emirados Árabes. Para além, foram realizados 3 eventos de capacitação, de divulgação de oportunidades de exportação e de ferramentas e programas de apoio, em que participaram destas atividades diversas empresas, associações e entidades de classe.

POLÍTICA MINERÁRIA, ENERGÉTICA E LOGÍSTICA

Política Minerária

A Diretoria de Mineração tem dado prosseguimento na coordenação da elaboração da **Avaliação Ambiental Estratégica para o Minério de Ferro (AAE)**, que se configura como um importante instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente. A AAE irá contribuir com um melhor conhecimento do setor de minério de ferro em Minas Gerais, abrangendo os três distritos ferríferos (Quadrilátero Ferrífero, Borda Leste da Serra do Espinhaço e Nova Aurora) e suas especificidades em relação à variável socioambiental, no contexto do planejamento do setor mineral, visando seu desenvolvimento econômico de forma sustentável. O projeto, em parceria com o SISEMA - Sistema Estadual de Meio Ambiente, tem previsão de encerramento em setembro de 2024. Até o momento, foram finalizados e entregues produtos intermediários que compõem a Avaliação.

Com igual importância, o **Plano Estadual de Mineração (PEM)**, também coordenado e acompanhado pela Diretoria de Mineração, trata-se de uma avaliação que potencializa a compreensão do futuro, das vantagens comparativas entre as regiões e dos incentivos necessários à economia e à cadeia mineral do estado. Dessas inter-relações produtivas, extrai-se a identificação dos setores-chave e propulsores vinculados a essa atividade, a relevância de sua produção, demandantes e ofertantes de atividades e produtos, geração de empregos e sua distribuição entre setores e regiões. No âmbito do projeto, foram entregues produtos que descrevem os recursos minerais, as cadeias produtivas das principais substâncias minerais presentes no estado, a avaliação dos impactos econômicos e socioambientais da mineração, os micro e

pequenos empreendimentos, os cenários futuros previstos para a atividade minerária, dentre outros. No período, foram também realizados diversos workshops e seminários, com a participação de representantes de entidades governamentais, empresas, sociedade civil e universidades, para discussão de temas pertinentes ao projeto. As proposições de ações estratégicas para a atividade minerária, em um horizonte até 2040, permitirão que a Secretaria formule políticas públicas visando a geração de emprego, renda, atração de investimentos e aumento de oportunidades no setor mineral. O PEM encontra-se em fase final de conclusão, com previsão de encerramento até agosto de 2024.

No que diz respeito à proposição de políticas públicas, a Diretoria está elaborando minuta de projeto de lei referente à criação de um **Fundo de Exaustão**, com o objetivo de auxiliar os municípios mineradores e regiões adjacentes a construir e implantarem estratégias de reconversão produtiva e diversificação econômica sustentável, a fim de reduzir a dependência econômica em relação à atividade minerária, especialmente após a exaustão das reservas.

Desenvolvimento Logístico

A Diretoria de Desenvolvimento Logístico está com a estratégia da **Mobilidade do Futuro** atualmente em curso, que tem como objetivo colocar Minas Gerais como um estado pioneiro na transição energética e na descarbonização, visando a promoção das cadeias produtivas de combustíveis alternativos e de veículos de baixa ou zero emissão, como veículos movidos a baterias elétricas, hidrogênio, etanol, gás natural, biodiesel e biometano. A valorização de tais cadeias deve liderar o projeto, além de gerar insumos para a forma da mobilidade urbana e interestadual. Nesse sentido, a Sede está em constante diálogo com o setor, no intuito de promover parcerias estratégicas, sem repasse de recursos financeiros, visando articular com os principais *stakeholders* a instalação de infraestruturas de recarga. Como principal entrega, foi celebrado um **Acordo de Cooperação Técnica com Raízen Power**, que já inaugurou seu primeiro eletroposto em Belo Horizonte. A Secretaria se encontra aberta para firmar parcerias desse tipo com quaisquer outras instituições públicas e privadas.

Outra importante frente da atuação da Diretoria diz respeito à **Reciclagem de Veículos**. O tema tem sido discutido entre os principais atores do setor, incluindo representantes da cadeia produtiva e entidades governamentais, com o objetivo de tratar a problemática da reciclagem de veículos no estado de Minas Gerais. Com reuniões mensais, as discussões giram em torno de identificar os principais gargalos e reorganizar os processos regulatórios, a fim de viabilizar a melhor solução para o crescente estoque de veículos em fim de vida e garantir o tratamento adequado do processo de desmanche de forma a mitigar os impactos ambientais e garantir a sustentabilidade do setor.

Regulação do Gás

Com relação à **política de regulação do gás**, em setembro de 2023 foi publicada a Resolução SEDE nº 34/2023 que dispõe sobre as condições e 22 critérios para comercialização e distribuição de biometano por redes estruturantes e redes de gás canalizado no estado de Minas Gerais. A Resolução foi construída junto com o mercado, sendo desburocratizada e liberal, em respeito à concessão detida pela GASMIG e proporcionando oportunidades no mercado livre já existente. Ademais, a Lei nº 24.396/2023 que dispõe

sobre a política estadual do biogás e do biometano foi sancionada em julho de 2023.

Ainda em 2024, é esperado que o Decreto Estadual que institui a Estratégia Estadual do Biogás e Biometano seja publicado. O Decreto visa construir uma política pública intersetorial, estipulando, assim, medidas de fomento da cadeia produtiva em suas múltiplas partes. A política de biogás e biometano vem sendo considerada relevante dentro do cenário energético, fazendo parte do desafio proposto no Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Econômico do COSUD - Consórcio de Integração Sul e Sudeste.

Além disso, em dezembro de 2023, foi publicada a Resolução SEDE nº 53, a qual prorroga, até 31 de dezembro de 2024, a política de cobrança de margem de distribuição variável a ser aplicada na tarifa de gás natural para o segmento veicular praticada pela Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG.

No ano de 2024, a Sede homologou as tarifas da concessionária do serviço de gás canalizado em fevereiro e maio. Em fevereiro, aferiu-se uma pequena queda no segmento veicular, mas também um aumento nos segmentos industrial, comercial e residencial individual. Já em maio, observou-se um aumento no segmento industrial e veicular. Apesar disso, as variações da tarifa foram pequenas e, de fevereiro de 2023 até o momento, o setor industrial, que mais consome gás no estado, teve a sua tarifa reduzida, o que auxilia na competitividade do setor e garante modicidade tarifária aos consumidores. O resumo dos reajustes por segmento está representado na Tabela 4.

Tabela 4 – Resumo dos reajustes por segmento* Inclui clientes do antigo segmento Uso Geral (10.000 m³/mês). Segmento Comercial substitui o Pequenos Clientes Não Residenciais.

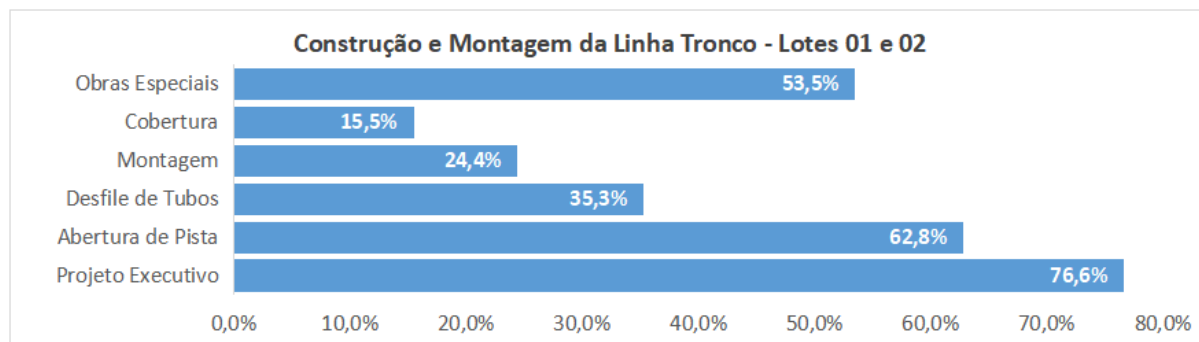
Meses	Fev/23	Mai/23	Ago/23	Nov/23	Fev/24	Mai/24
Segmento	R\$/m ³	R\$/m ³	R\$/m ³	R\$/m ³	R\$/m ³	R\$/m ³
Industrial (350.000 m ³ /mês) *	3,6441	3,3983	3,1223	3,2436	3,2694	3,3124
Comercial (10.000 m ³ /mês) *	3,7264	3,7264	3,7264	3,7264	3,8418	3,8418
Residencial Individual (18 m ³ /mês)	7,7778	7,7778	7,7778	7,7778	8,0699	8,0699
Veicular	3,078	2,9322	2,7562	2,9498	2,9186	2,9365

Fonte: Superintendência de Política Minerária, Energética e Logística (SPMEL)

Gasoduto do Centro-Oeste de Minas

O **Projeto Centro-Oeste** é a expansão da rede de distribuição de gás natural da **Gasmig** para atender à demanda por gás natural em oito municípios: Betim, Sarzedo, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme, Itaúna e Divinópolis. Esses municípios representam 10% do PIB Industrial de Minas Gerais e 7% do PIB Total do Estado. O gasoduto terá cerca de 300 km de extensão e é um marco importante na busca por soluções energéticas mais sustentáveis na região, contando com a adoção de medidas para controlar e monitorar impactos ambientais durante a implantação e operação do projeto. A implantação se dará em etapas, com as obras tendo iniciado em janeiro de 2024 com duração estimada inicialmente de 24 meses. Em junho estão sendo realizadas intervenções para a implantação do gasoduto em aço, capaz de transportar o gás natural de forma segura, na linha tronco do projeto. A Figura 3 mostra o percentual concluído de cada etapa de construção e montagem deste trecho.

Figura 3: Status de construção e montagem da Linha Tronco do Gasoduto do Centro-Oeste de Minas em junho/2024



Fonte: Superintendência de Política Mineral, Energética e Logística (SPMEL)

DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS

Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL)

Os **Arranjos Produtivos Locais (APL)** são aglomerações de empresas em um mesmo território, com especialização produtiva, que mantêm vínculos de cooperação entre si e com outros atores locais. Os APLs proporcionam a diversificação econômica, a ampliação da capacidade de produção de tecnologia aplicável para todo um setor, o aumento significativo de oportunidades de negócios em todo o estado, além do fortalecimento, pelo associativismo, do poder de negociação, favorecendo as compras conjuntas e ampliando a lucratividade e desenvolvimento local e regional, sobretudo para as micro e pequenas empresas.

Atualmente o estado de Minas Gerais conta com 68 APLs, pertencentes a 339 municípios, gerando cerca de 251 mil empregos diretos. Dos 68 APLs reconhecidos, **03** foram reconhecidos no primeiro semestre de 2023, **07** foram reconhecidos no segundo semestre de 2023 e **02** reconhecidos no primeiro semestre de 2024.

São eles:

APLs Reconhecidos no 1º Semestre de 2023

- APL Queijo Caminho Novo
- APL Cachaça Cláudio/ Córrego Fundo
- APL Metalmecânico Patos de Minas

APLs Reconhecidos no 2º Semestre de 2023

- APL de Avicultura e Suinocultura Pará de Minas (jun/23 – não foi apresentado no 1º semestre pois estava em processo de reconhecimento)
- APL de Cafeicultura do Sudoeste de Minas (jul/23)
- APL de Eucalipto Chapada de Minas (ago/23)
- APL de Tecelagem de Campanha (out/23)

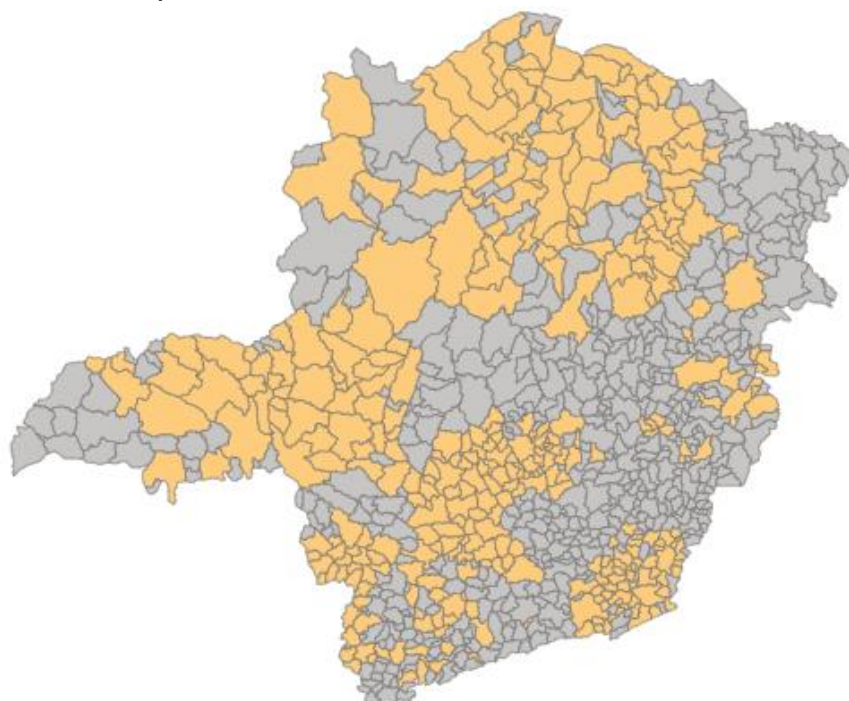
- APL de Mexerica Ponkan de Campanha (out/23)
- APL de Piscicultura Ornamental da Zona da Mata
- APL de Cervejas Artesanais Vulcânicas de Poços de Caldas

APLs Reconhecidos no 1º Semestre de 2024

- APL de Embalagens e Reciclagem de Plástico da Zona da Mata
- APL de Cafeicultura do Cerrado Mineiro

Abaixo apresenta-se o Mapa dos APLs reconhecidos em Minas Gerais até o momento (jun/2024). Os APL's reconhecidos até o momento somam mais de 89 mil empresas com 251 mil empregos formais.

Mapa 2: APLs reconhecidos em Minas Gerais até Junho/2024



Fonte: Assessoria Estratégica/ Sede

Vale ressaltar que outros 2 polos estão em processo adiantado de reconhecimento: Fruticultura de Visconde do Rio Branco e Eletro Metalmeccânico de Cataguases.

Fomento aos Negócios

O CMON é um projeto de promoção de acesso a mercados que aproxima e insere os pequenos negócios como fornecedores de segmentos compradores identificados pela Sede nas regiões do estado de Minas Gerais e tem em sua origem metodológica a preocupação no desenvolvimento e crescimento dos pequenos negócios locais.

Entre 2019 e 2024, foram realizadas 45 edições de eventos voltados ao fomento de negócios, incluindo feiras regionais, rodadas de negócios e workshops, resultando em expectativas de negócios que somam R\$ 83 milhões. Esses eventos beneficiaram diretamente 4.055 pequenos negócios, abrangendo 220 municípios. Ao longo desse período, foram realizadas 3.695 reuniões de negócios, reforçando o papel fundamental dessas iniciativas na promoção e fortalecimento do empreendedorismo local.

Apenas no que tange ao período 2023 e primeiro semestre de 2024, foram realizadas 17 (dezessete) edições do **Circuito Mineiro de Oportunidade e Negócios – CMON**, por meio da parceria estabelecida entre o Governo de Minas com a Associação Mineira de Supermercados- AMIS e Sebrae. No total, foi possível obter como resultado de 2.992 reuniões de negócios entre Micro e Pequenas Empresas e a rede varejista e contemplados 2.961 empreendimentos por meio de 17 workshops de Capacitação, 17 Feiras Regionais e 09 rodadas de negócios.

Sobre o perfil dos participantes, apenas como exemplo, somente entre 2023 e 2024 foram contemplados em estandes a participação de 265 pequenos fornecedores nas feiras, apresentando o seguinte perfil: 41,9% Microempresas; 21,5% Empresas de Pequeno Porte – EPP; 20,3% Microempreendedores Individuais - MEI; 10,4% Agricultores Familiares e 5,9%. Cabe destacar que 80,2% dos pequenos negócios informaram que estavam com negociações em andamento após o evento.

Ainda no que se refere à política de fomento de acesso ao mercado, foi repactuado, em agosto de 2023 com duração até agosto de 2025, o **Acordo de Cooperação Técnica entre Sede, Seplag e Sebrae** que tem como propósito a conjunção de esforços que visam o desenvolvimento do mercado fornecedor local para aumentar a competição dos certames licitatórios realizados pelo Governo do Estado de Minas Gerais e para geração de emprego e renda na economia de Minas Gerais. Nesse contexto, observa-se um crescimento de 17% na participação das MPEs nas compras públicas em 2024, comparando com o mesmo período do ano anterior.

Dando continuidade à Política de Fomento aos Negócios e corroborando com a relevância das discussões e dos trabalhos empreendidos pelo Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Fopemimpe), temos ainda os seguintes resultados:

- no âmbito do **Acordo de Cooperação Técnica entre Sede e Correios** houve a participação de mais de 300 Micro e Pequenas Empresas em capacitações em e-commerce. O objetivo do ACT é viabilizar a realização de atividades conjuntas com vistas ao desenvolvimento de ações em prol das micros e pequenas empresas, voltadas à orientação de Acesso a Mercados em comércio eletrônico, logística, exportação e plataforma AproxIME;
- no tocante ao Acordo de ACT Sede e Universidade Federal de Viçosa – UFV, foi estabelecido um planejamento de ações direcionadas para o Empreendedorismo Feminino a partir do segundo semestre. O ACT tem como foco o desenvolvimento de uma agenda de trabalho conjunta na construção de projetos e ações de interesse comum, abarcando a realização de diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão nos temas de empreendedorismo, gestão e cooperativismo com vistas a contribuir para a competitividade das MPE's e demais setores produtivos mineiros.

Artesanato

No que tange às políticas de fomento e desenvolvimento do artesanato de Minas Gerais, cabe à Diretoria do Artesanato Mineiro - DART o desafio de desenvolver ações que promovam e valorizem o artesanato e o artesão mineiro, que oportunize a geração de trabalho e renda mediante a viabilização de feiras e outros eventos para comercialização do produto artesanal do nosso Estado. Assim, no intuito de alcançar seus objetivos, a Sede, por meio da Diretoria do Artesanato, estabelece importantes e sólidas parcerias que

garantem a participação em grandes feiras e eventos nacionais e regionais.

Nesse sentido, em 2023 o Governo de Minas Gerais, por meio da Sede, realizou e/ou **participou de 26 eventos**: feiras, exposições, mutirões de cadastramentos, semana do artesão, oficinas e reuniões de planejamento para o artesanato nacional, expedições com lojistas brasileiros, capacitações, visitas guiadas e outros. Foram 20 eventos realizados no segundo semestre de 2023. Enquanto isso, em 2024 já somaram-se 12 eventos, sendo 2 desses realizados nos municípios de Resende Costa e Brumadinho, referentes a cadastramento de artesãos por meio de mutirões. Foram gerados em comercialização no 2º semestre de 2023 aproximadamente R\$2.364.931,00 (dois milhões trezentos e sessenta e quatro mil novecentos e trinta e um reais) dentre os R\$3.397.351,41 (três milhões trezentos e noventa e sete mil trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos) gerados em 2023. A partir destas ações, mais de 1.130 artesãos foram beneficiados no segundo semestre de 2023 e um total de 3.168 artesãos no ano todo.

Por outro lado, nos eventos promovidos em 2024 foram gerados em comercialização R\$420.603,30 (quatrocentos e vinte mil seiscentos e três reais e trinta centavos). Vale ressaltar ainda a Exposição “Cerâmica do Povo Indígena Xacriabá”, na Sala do Artista Popular no Rio de Janeiro, cujos valores de comercialização serão levantados e apresentados no final da ação, previsto para 28 de junho de 2024. Neste contexto, houve atendimento a, aproximadamente, 800 artesãos mineiros das diversas regiões do Estado.

Dando continuidade às políticas públicas de desenvolvimento e fomento do artesanato mineiro foram emitidas em 2023, 898 (oitocentos e noventa e oito) **Carteiras Nacional do Artesão**, contemplando 148 municípios. Dentre estas, 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) Carteiras do Artesão foram emitidas no segundo semestre de 2023, atendendo um total de 93 municípios de Minas Gerais. Já no primeiro semestre de 2024, foram emitidas 314 carteiras, beneficiando 97 municípios.

GESTÃO DE IMÓVEIS

Cadastramento e Arrecadação

De acordo com a Lei 24.313/2023, a qual estabeleceu a reforma administrativa do poder executivo do Estado de Minas Gerais, as competências de gestão de imóveis estão, agora, sob a execução da Sede. Nesse sentido, cabe demonstrar alguns dados relativos a essa temática.

No ano de 2023, foram emitidas 477 notas técnicas em **processos judiciais e extrajudiciais de usucapião e retificação de área rural**, das quais 213 foram emitidas no segundo semestre de 2023. Já para o período de janeiro até maio de 2024 foram emitidas 334 notas técnicas.

Sobre a pauta de **Arrecadação de aproximadamente 240.000ha de terras devolutas** cedidas por meio dos Distritos Florestais, em 2021 e 2022, foram acompanhados processos administrativos de cobrança referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019, incluindo a análise de impugnações, recursos e participação em audiências na CPRAC. Em 2023, o acompanhamento focou nos processos de cobrança dos anos de 2019, 2020 e 2021, com a mesma análise de impugnações, recursos e audiências na CPRAC. Além disso, houve a instrução e acompanhamento de 87 processos administrativos de arrecadação sumária relacionados às áreas arrendadas.

Dois acordos importantes foram realizados com empresas de arrendamento: um com a Norflor no valor de R\$ 3.849.553,36 e outro com a Carvalho/Ferroeste no valor de R\$ 1.274.179,16, visando ao pagamento dos valores devidos e à permanência das empresas nas áreas arrendadas. No que se refere ao

georreferenciamento, houve acompanhamento dos trabalhos nas áreas cedidas às empresas Rima e Rio Rancho, situadas em Grão Mogol e Padre Carvalho, realizados pela empresa vencedora da licitação. Adicionalmente, foram iniciadas tratativas para a contratação de uma empresa para realizar o georreferenciamento em outras áreas arrendadas.

Já no âmbito da temática de **ações discriminatórias**, a área responsável está fazendo o acompanhamento e instrução de processos administrativos de ações discriminatórias (áreas acima de 100 ha). No período que corresponde entre 2019 e 2024, houve o acompanhamento de 94 processos administrativos instaurados, sendo:

- 10 processos instaurados em 2019: 1 de Minas Novas e 9 de Arinos;
- 35 processos instaurados em 2021: 21 de Bonito de Minas, 04 de Ibiracatu e 10 de Santa Fé de Minas;
- 39 processos instaurados em 2022: 5 de Ladainha, 6 de Santa Fé de Minas, 1 de Crisólita, 8 de Bonfnópolis, 1 de Santo Antônio do Jacinto, 1 de Teófilo Otoni, 2 de Catuji, 1 de Jequitibá, 2 de Bertópolis, 1 de Itaipé, 3 de Pedras de Maria da Cruz, 2 de Setubinha, 5 de Rio Pardo de Minas e 1 de Ibiracatu;
- 10 processos instaurados em julho/2023: 1 Bonito de Minas, 4 Rio Pardo de Minas, 3 Joáima, 1 Arinos e 1 Felisburgo.

No que tange a **Arrecadação Sumária de Terras Devolutas em Unidade de Conservação**, tivemos a instauração e mantemos o acompanhamento do Processo Administrativo de Arrecadação de Terras Devolutas para o Programa de Concessão de Parques Estaduais (Parc), em parceria com IEF, que é relacionado a dois parques:

- Parque Estadual do Itacolomi (Mariana e Ouro Preto), sendo que a área relativa ao Município de Mariana já se encontra registrada em nome do Estado;
- Parque Itambé (Santo Antônio do Itambé, Serro e Serra Azul de Minas).

A **regularização fundiária de Povos e Comunidades Tradicionais** envolveu o acompanhamento de 34 processos administrativos instaurados entre 2018 e 2024. Foram acompanhados procedimentos realizados por outros órgãos, incluindo a elaboração e conclusão de laudos antropológicos e Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) para diversas comunidades.

Destacam-se a conclusão dos RTIDs para a Comunidade de Raiz (Presidente Kubitschek) e os laudos antropológicos para as Comunidades Geraizeiras do Vale das Cancelas (Núcleos Lamarão e Tingui) em Grão Mogol. A análise técnica e jurídica do RTID da Comunidade Quilombola “Quilombo” em Minas Novas foi finalizada para a emissão do primeiro título coletivo pelo Estado de Minas Gerais.

Em abril de 2024, a Subsecretaria de Gestão de Imóveis obteve aprovação de um projeto de regularização fundiária rural coletiva, com um aporte de R\$4 milhões do FUNEMP para contratar serviços especializados para elaborar 20 RTIDs, o que possibilitará um relevante avanço da política.

Destinação de Ativos

A Superintendência de Destinação de Ativos, parte da Subsecretaria de Gestão de Imóveis da

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, foi criada com a Reforma Administrativa de 2023 e iniciou suas atividades em setembro de 2023, ainda em fase de transição de competências. Seu foco principal é prospectar, regularizar e alienar imóveis, além de apoiar tecnicamente outras unidades da Subsecretaria e demandas de órgãos da administração.

Desde 2019, a alienação de imóveis tem sido prioridade para o Estado de Minas Gerais, visando destinar recursos para políticas públicas estratégicas. Em 2023, devido à transição e ajustes de competências, não houve realização de certames licitatórios. Já em 2024 foram realizados dois leilões: o Leilão 02/2024, sendo ofertados 81 imóveis e tendo como resultado 50 vendidos, conforme a Tabela 5 e o Leilão 07/2024 (ainda em andamento) com a oferta de 47 imóveis.

Tabela 5 - Número de Imóveis vendidos por município no Leilão 02/2024

Número de Imóveis Vendidos	Município
47	Ibirité
1	Betim
1	Brasilândia de Minas
1	Coronel Fabriciano

Fonte:Superintendência de Destinação de Ativos

A Superintendência de Destinação de Ativos elaborou a Minuta de Projeto de Lei para flexibilização da alienação de imóveis, compatibilizando interesses e estratégias de governo. Finalizada em janeiro de 2024, a minuta foi enviada à Secretaria de Governo, que a encaminhou para consulta às Secretarias de Fazenda e Planejamento e Gestão, aguardando manifestação da Superintendência Central de Imóveis.

Outra minuta do Projeto de Lei para alienação de imóveis específicos foi enviada para análise da ASSJUR em abril de 2024 e, posteriormente, à SEPLAG em maio de 2024.

Para além das entregas acima citadas, destaca-se ainda atividades da equipe no que tange a competência de política urbana estadual, na qual foram realizadas diversas análises de declarações de utilidade pública em benefício de obras municipais a cargo das prefeituras e também os despachos de imposição ou liberação de medida compensatória, conforme o Decreto 48.387/2022,

Comissão DEC

1. Empresas estatais mineiras; privatização e estratégias de desestatização

Atualmente está em tramitação a proposta de emenda à Constituição PEC nº 24/2023, que propõe a revogação dos §§15 e 17 do art. 14 da Constituição do Estado, tendo sido distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e Especial.

Em relação aos próximos passos, destacamos o envio à ALMG, em momento oportuno, dos projetos de lei para autorizar a desestatização das empresas **Copasa e Cemig**.

Para a Copasa, os desafios atuais são:

- Expansão e melhoria dos serviços prestados, cumprindo as metas de universalização/demais previstas no novo marco legal até 2033
- Atendimento a municípios de menor porte
- Ampliação da cobertura do serviço de esgotamento sanitário (hoje a taxa de cobertura é de apenas 44,9% dos municípios atendidos, conforme dados do SNIS-2022)
- Redução de perdas na distribuição e faturamento de água (o índice de perdas é de cerca de 40%, conforme dados do SNIS-2022)
- A Companhia não possui histórico de investimento que seja compatível com as necessidades de investimento para cumprimento das obrigações do novo marco do saneamento, sendo evidente a necessidade de aumento da eficiência operacional em um contexto de maior competitividade do setor, ainda que nos últimos anos tenha conseguido aumentar o volume de investimentos realizados;
- Vencimento de 1/3 dos contratos nos próximos 10 anos, com potencial redução do porte da Companhia, com destaque para BH.

No caso da Cemig, o Decreto Federal nº 9.271/2018 regulamenta a outorga de contrato de concessão no setor elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, nos termos da Lei nº 9.074/1995. Portanto, definiu que a União pode outorgar novo contrato de concessão pelo prazo de até 30 anos, contado da data de sua celebração, à empresa resultante do processo de privatização de concessionária de serviço público de energia sob controle direto ou indireto da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município. Ou seja, a renovação da concessão ocorreria condicionada à privatização da empresa.

Tal possibilidade permite que os concessionários atuais mantenham fatias minoritárias nos empreendimentos e garantam suas receitas – a alternativa seria não aderir à prorrogação e participar de uma relicitação do ativo, correndo o risco de perder totalmente a concessão na disputa com outras empresas.

No caso, a Cemig possui três grandes Usinas Hidrelétricas (UHE) cujos prazos de vencimentos estão próximos e poderiam ser beneficiadas pela desestatização: Sá Carvalho (Contrato de Concessão nº 01/2004, cujo termo final é 27/08/2026), Emborcação e Nova Ponte (Contrato de Concessão nº 07/1997, cujos termos finais são 26/05/2027 e 12/08/2027, respectivamente). Juntas, as UHEs somam 1,78 GW de capacidade

instalada.

Ainda, cabe mencionar que no período de 2019 a 2024, com as alienações realizadas, a Cemig obteve o resultado de mais de R\$10 bilhões, considerando os valores das vendas, os aporte evitados e créditos tributários, o que permitiu a empresa implementar um robusto plano de investimentos no estado de Minas Gerais.

No que tange à Codemge, a Sede contratou o BDMG para prestar os serviços de assessoria e assistência técnica na elaboração da sistemática de desinvestimento da Codemge, prevendo a execução dos serviços de análise econômico-financeira de seus ativos, a análise jurídica e o acompanhamento da execução do respectivo processo de desinvestimento. Nesse sentido, foram realizados os desinvestimentos nas empresas CBL, Helibras e IAS, além da alienação de imóveis.

Para além disso, elaborou-se a estrutura de processo competitivo, conforme permite o art. 29, XVIII da 13.303/2016, composto por preparação (fase interna); consulta de interesse (início da fase externa); apresentação de propostas não-vinculantes (opcional); apresentação de propostas vinculantes; negociação, resultado e *rebid*; fechamento e assinatura, conforme sugerido pela assessoria jurídica. Contudo, desde outubro de 2022, a Codemge está impedida de seguir com ações do programa de desinvestimento, em vista da medida cautelar concedida pelo Tribunal de Contas no âmbito da Representação promovida pelo Ministério Público de Contas, tendo seguido apenas com os desinvestimentos destacados acima que já haviam sido iniciados.

Destaca-se que no período de 2019 a 2024, a Codemge teve como resultado o valor de R\$715,53 milhões, considerando os aportes evitados, créditos tributários e alienações de ativos realizadas.

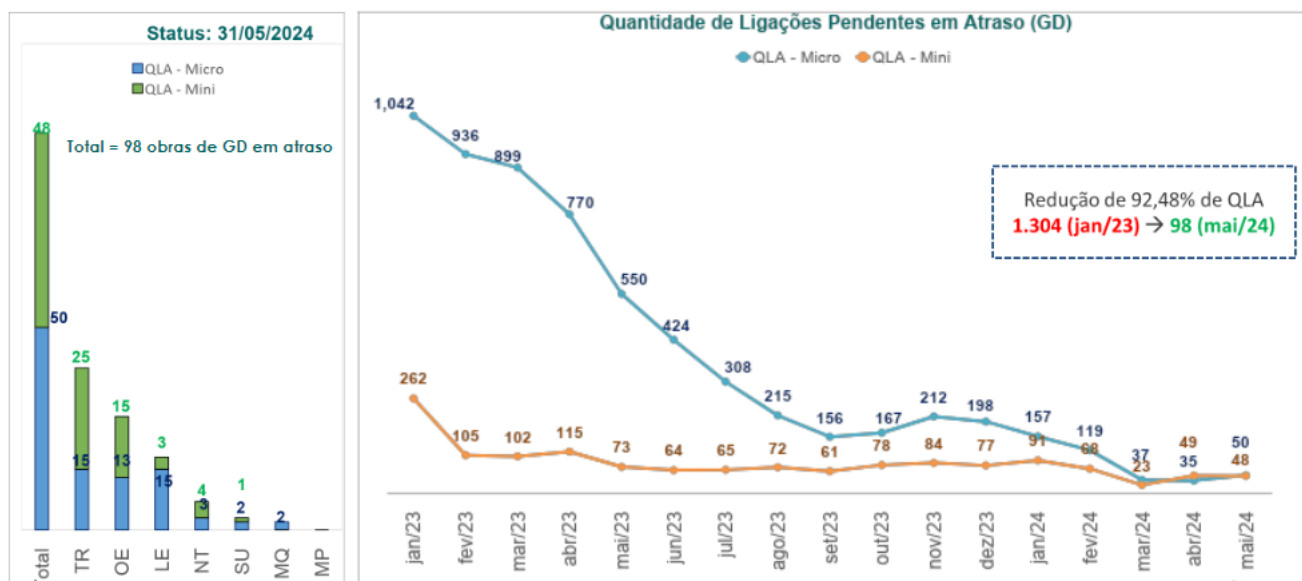
Além disso, salienta-se que com a venda de ativos imobiliários, a Codemge arrecadou R\$163,7 milhões, economizando aproximadamente R\$1,8 milhão referente aos respectivos IPTUs. O BDMG obteve o resultado de R\$58,98 milhões também com alienações imobiliárias, entre 2020 e 2023, deixando de desembolsar o valor de R\$890 mil em despesas e tributos relativos aos imóveis vendidos. Ainda, a Copasa arrecadou o valor R\$3.301.767,29, por meio da alienação de imóvel em 2023.

Por fim, com a alienação de ativos imobiliários das estatais e do Estado de Minas Gerais por meio da MGI, obteve-se o valor de mais de R\$130 milhões, entre 2019 e 2024, com a alienação de 194 imóveis.

2. Geração distribuída de energia elétrica e atraso da Cemig nas ligações às redes de distribuição e transmissão

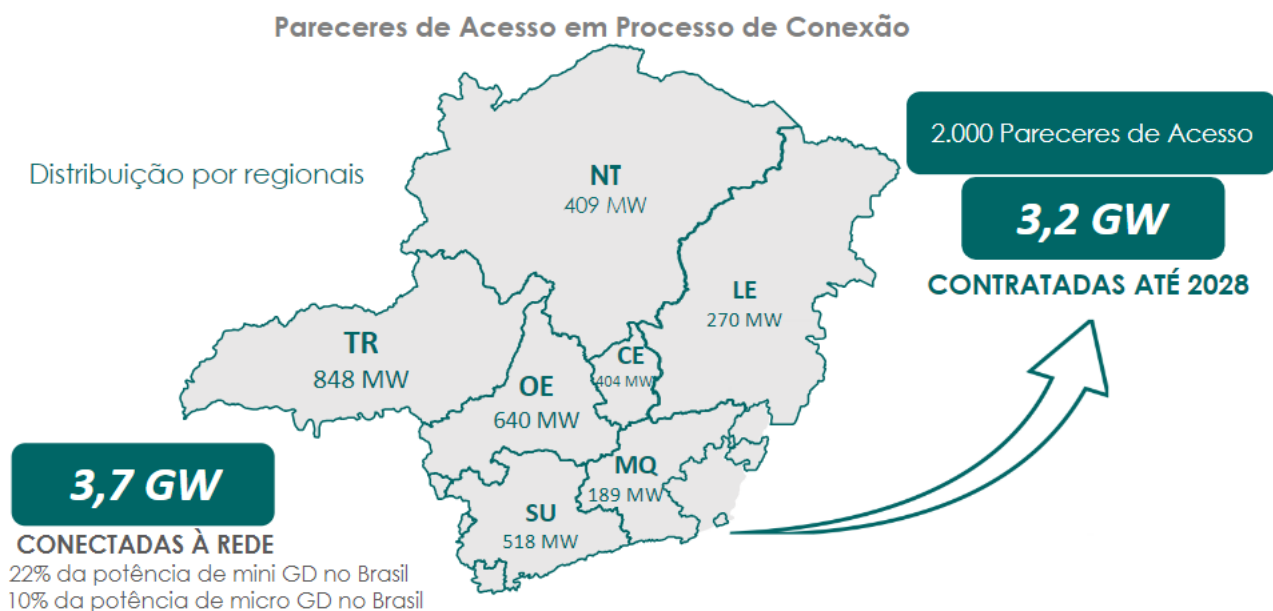
No momento a Cemig possui 98 solicitações não atendidas devido a obras em atraso de GD – Geração Distribuída. Em fevereiro de 2023 eram 1.144 solicitações em atraso, o que representa uma redução de 92,48% do período de fevereiro de 2023 a maio de 2024, uma redução muito significativamente, conforme evidenciado nos gráficos abaixo:

Gráfico 6: Ligações pendentes em atraso



Destaca-se que há cerca de 2.000 pareceres de acessos concedidos com planejamento de conexão até 2028. Serão mais 3,2GW conectados à rede da Cemig, sendo que atualmente a Cemig já tem 3,7GW e é a concessionária líder em conexões de GD do Brasil. Tal montante representa a alta demanda de GD em Minas Gerais.

Figura 4 - Distribuição dos pareceres de acesso



Os motivos que impedem a conexão de GD são principalmente a inversão de fluxo de potência nos transformadores e a indisponibilidade de conexão por esgotamento do sistema. Em ambos os casos a Cemig, em parecer ao cliente, estabelece as condições de atendimento conforme a regulamentação vigente. Nesses casos, cabe ao próprio cliente aceitar essas condições para viabilizar a conexão. Todos os pedidos de conexão são avaliados de forma isonômica atendendo a REN 1000/2021, Prodist e demais requisitos estabelecidos pela Aneel.

3. Energias Renováveis e o papel de Minas Gerais para o desenvolvimento econômico sustentável do Brasil

Minas Gerais tem focado em ampliar seu desenvolvimento econômico sustentável, principalmente no que tange a descarbonização e o comprometimento com o *Race to Zero*. Segundo dados da ANEEL (2024), a matriz elétrica do estado é 95,9% renovável e esse destaque na geração de energia limpa posiciona Minas Gerais estrategicamente para o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável. Neste sentido, a Sede, com o apoio de demais órgãos e entidades governamentais e outros parceiros, tem desenvolvido algumas iniciativas.

O **Plano Estadual do Hidrogênio de Baixa Emissão (PEHBE)** foi estruturado com o intuito de permitir que Minas Gerais assuma uma posição de protagonismo no Brasil ao fomentar a cadeia produtiva do Hidrogênio de Baixa Emissão (H2BE) e suas várias rotas.

O H2BE é uma das alternativas identificadas pela Sede para alavancar o potencial de geração e distribuição de energia no Estado de Minas Gerais nas próximas décadas. Também conhecido como hidrogênio renovável, o H2BE possui valor energético até três vezes maior que os combustíveis tradicionais. As rotas tecnológicas para a obtenção do H2BE também integram com diferentes setores da economia:

- **Gás Natural:** processos que utilizam o gás natural como matéria-prima resultam em hidrogênio (H₂) e gás carbônico (CO₂). Para extrair o H2BE - na forma de hidrogênio azul -, se captura e armazena o gás carbônico no processo.
- **Biomassa ou biocombustível:** H2BE - nesse caso, o hidrogênio musgo - é extraído utilizando-se processos como a gaseificação, biodigestão anaeróbia e reformas catalíticas, onde também se captura o carbono. Minas Gerais é um dos estados com maior capacidade de produção, considerando sua vocação em biogás e biometano e a política pública que vem sendo construída para este setor.
- **Eletrólise de água:** O hidrogênio verde (H2V) é extraído nesse processo, é possível produzir o H2V sem emissões de GEE quando se utiliza energias renováveis no processo, como a solar fotovoltaica que Minas Gerais tem em abundância.

Os principais setores que demandam do H2BE e seus produtos em Minas Gerais:

- **Siderurgia:** O uso do hidrogênio para produção de aço verde e de baixo carbono, com ampla demanda potencial em Minas Gerais de hidrogênio para produção do calor e agente redutor na produção.
- **Mineração:** A adoção do hidrogênio como combustível na indústria minerária é um dos caminhos para a sua descarbonização.
- **Indústria de Cimento:** produção de cimento verde e de baixo carbono a partir do hidrogênio, pois Minas Gerais foi o maior produtor de cimento do Brasil em 2023.
- **Indústria de Fertilizantes:** produção de amônia verde, passando pela adesão de hidrogênio, representa uma oportunidade para o estado, como um dos maiores produtores agrícolas do país.
- **Transportes:** a adoção do hidrogênio pode favorecer o salto tecnológico para combustíveis renováveis, além da descarbonização do setor com veículos elétricos a hidrogênio ou híbridos.

Em fevereiro de 2024, foi publicada a Resolução SEDE nº 13, que visa promover discussões e análises de políticas públicas intersetoriais voltadas para a agenda de hidrogênio de baixo carbono em Minas Gerais.

Essa medida tem o objetivo de estruturar o PEH2BE e com isso transformar Minas Gerais em um ambiente fértil para o desenvolvimento de tecnologia, atração de investimentos e desenvolvimento de projetos em hidrogênio de baixa emissão, com a colaboração das seguintes instituições e empresas: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Estado de Fazenda, Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Invest Minas, Gasmig, Abiogás, Fiemg, Absolar, ABHAV, ICT Resel, Cemig, Instituto E+ Transição Energética, Seapa, CODEMGE, Centro de Hidrogênio Verde (UNIFEI), Grupo Green Puc Minas, Fundep, Fapemig e Fundação CEFETMINAS.

Em relação à produção de biogás, Minas Gerais representou 10,2% da produção nacional em 2023, com 425 milhões Nm³/ano de capacidade instalada. Minas Gerais também é o estado com o segundo maior número de plantas (348, representando um crescimento de 24% entre 2022 e 2023), segundo a CIBiogás (2024). A Lei Estadual nº 24.396, sancionada em 2023, busca incrementar, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação do Biogás e do Biometano na matriz energética estadual. A Resolução SEDE nº 34/2023 dispõe sobre a comercialização e distribuição de Biometano por redes estruturantes e redes de gás canalizado. A Política estabelece que o transporte de resíduos, a produção de biogás e biometano e a geração de energia elétrica a partir do biogás serão submetidas a licenciamento ambiental, segundo o seu potencial poluidor, nos termos da legislação federal e estadual. Segundo o estudo “Biogás no Brasil: Potencial Oferta a Curto Prazo” produzido pelo Programa de Energia para o Brasil – BEP (2021), é estimado que Minas produza 1,3 bilhão de m³ de biogás em até 5 anos, o que garante uma produção de 869 milhões de m³ de biometano, o equivalente a 70% do consumo de gás natural. Com essa estimativa de produção, o biometano poderia substituir 4,7 bilhões de litros de diesel e seria possível gerar 19.841 GWh/ano.

Como resultado contínuo do Projeto Sol de Minas, o estado atingiu a marca histórica de 8,39 GW, em maio de 2024, de **energia solar fotovoltaica** instaladas em sistemas de geração centralizada (4,5 GW) e distribuída (3,89 GW) (ANEEL, 2024). Com o potencial crescente de energia solar, Minas Gerais tem 128 empreendimentos em operação na geração centralizada, com 4,5 GW fiscalizados e mais de 290 mil sistemas de geração distribuída, com 100% dos 853 municípios do estado possuindo ao menos uma unidade de geração de energia solar fotovoltaica. Esses números contribuem para a manutenção do estado na liderança da geração de energia solar no Brasil, sendo responsável por cerca de 1/5 (19,4%) de toda produção de energia solar fotovoltaica do país. Por fim, entre 2019 e 2024, a cadeia produtiva de energia solar fotovoltaica em Minas Gerais atraiu R\$ 75,6 bilhões em investimentos, gerando 6.309 empregos diretos e 708 empregos indiretos no estado (Diretoria de Atração de Investimentos e Diversificação Econômica, 2024).

4. Estratégias de parceria e principais convênios de Minas Gerais com a China, um dos principais parceiros econômicos do Brasil

Com a Lei Estadual 24.313 de 28/04/2023, que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado, as estratégias de parceria e principais convênios de Minas Gerais com a China, passaram a ser de competência da Secretaria de Estado de Casa Civil – SCC, com base no inciso IV do art. 16. De acordo com informações fornecidas pela SCC, **Minas Gerais já celebrou, desde 1994, doze instrumentos de cooperação com a China**, entre Memorando e Protocolos de Entendimentos e Acordos de

Cooperação. A estratégia de parceria está concentrada em três províncias, a saber, Shanxi, Yixing e Jiangu, esta última, província irmã de Minas Gerais. **No dia 08/11/2023, o Governo de Minas e Província de Jiangu renovaram o acordo firmado há 27 anos entre as duas regiões**, conforme Figura 4. O novo acordo de irmanamento vigente busca estabelecer um comitê de trabalho conjunto intergovernamental e apoiar a cooperação econômica e comercial, além de prever o estabelecimento de um mecanismo de intercâmbio entre as agências de promoção de negócios, comércio, agricultura e investimentos das duas partes e a realização de intercâmbios culturais, intercâmbios entre pessoas, intercâmbios técnicos e cooperação educacionais.

Figura 5 - Acordo de irmanamento com a Província de Jiangu assinado em novembro de 2023



Fonte: Agência Minas

No que diz respeito às estratégias relacionadas à **política de promoção de investimentos**, competência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, entre os anos de 2019 e 2023 foram formalizados **R\$10,11 bilhões** em investimentos de origem chinesa, de acordo com o Invest Minas, sendo que no segundo semestre de 2023 foram formalizados **R\$797 milhões** em investimentos chineses no estado, distribuídos em 2 projetos, **frutos da missão do Governo de Minas ao país durante o mês de novembro**, que percorreu as localidades de Xangai, Nanjing, Pequim e Xuzhou, são eles:

- **Celer Biotecnologia:** Aporte inicial de **R\$17 milhões** na construção de uma fábrica de testes rápidos de saúde em **Montes Claros**, no Norte de Minas, com perspectiva de geração de **100 empregos**.
- **PST Holding | Gaustec | Jingjin Equipment:** Aporte inicial previsto de **R\$510 milhões** no estado para viabilizar uma tecnologia que irá acelerar o descomissionamento de barragens de rejeito em Minas Gerais.

Ainda como fruto da missão há outros investimentos em tratativas e promissores com expectativa do governo de que cheguem a um total de R\$1,1 bilhão.

Da perspectiva dos investimentos, a China se mostra um parceiro promissor e estratégico nos setores vinculados à transição energética. Neste aspecto, destaca-se a produção de baterias a base de lítio, que se vinculam a potencialidades na cadeia automotiva; também, pode contribuir com importantes avanços no armazenamento de energia, principalmente na já expressiva geração de energia fotovoltaica de Minas Gerais. Neste último, o país também se mostra estratégico da perspectiva de investimentos na cadeia de energia solar fotovoltaica, notadamente por ser o maior

produtor mundial de placas solares.

No âmbito das **relações comerciais internacionais entre o Brasil e a China**, em 2023, Minas Gerais obteve destaque, sendo o segundo principal estado brasileiro exportador. A participação de Minas Gerais nas exportações brasileiras para a China neste ano foi de 15,5%. A China é maior parceiro comercial do estado de Minas Gerais no momento, tanto em termos de valores exportados e importados, como também, em volume de cargas. Nas relações comerciais entre Minas Gerais e a China, o parceiro comercial foi responsável por 36,1% do fluxo comercial internacional de Minas Gerais em 2023. A partir de 2018, observa-se o aumento contínuo no fluxo comercial entre as partes.

As exportações mineiras para a China somaram US\$16,1 bilhões em 2023. Considerando o período comparativo de 2022/2023, as exportações mineiras para a China tiveram incremento de 11,8%, cujo montante foi relativo a US\$1,7 bilhões. Os principais produtos exportados de Minas Gerais para a China neste ano foram: minérios de ferro (58,4%); soja (16,6%); ferroligas (5,3%); carne bovina congelada (4,4%) e matérias minerais (3,5%). Outros produtos da pauta representaram 11,8%.

Em 2023, cerca de 141 municípios mineiros realizaram exportações para a China. Dentre esses, os municípios destaque foram: Nova Lima (12,1%), São Gonçalo do Rio Abaixo (8,5%), Itabirito (8,2%), Araxá (5,7%) e Conceição do Mato Dentro (4,2%).

Nas importações em 2023, Minas Gerais é o 5º principal estado brasileiro importador da China, cuja participação foi de 7,5%. As importações de Minas Gerais da China somaram US\$4 bilhões em 2023. A pauta importadora mineira da China é mais diversificada, sendo que os principais produtos importados por Minas Gerais do parceiro em 2023 foram: díodos, transístores e dispositivos semelhantes com semicondutores (16,9%); ácidos monocarboxílicos (3,9%); Compostos heterocíclicos, exclusivamente de heteroátomo(s) de azoto (nitrogênio) (3,4%); Transformadores elétricos (2,7%); e Partes de máquinas de terraplanagem (2,6%). Outros produtos representaram 70,5% desta pauta.

Em 2023, cerca de 265 municípios mineiros realizaram importações da China. Dentre esses, os municípios destaque foram: Uberaba (15,5%), Extrema (14,1%), Pouso Alegre (8,3%), Belo Horizonte (6,1%) e Contagem (6%).

As parcerias entre Minas Gerais e China se estenderam para além da missão internacional e impulsionou também as relações com **a delegação chinesa da Província de Jiangxi**, que esteve em 21/11 na capital mineira. O governador Romeu Zema esteve com o Secretário do Comitê Provincial de Jiangxi, Yin Hong, e lembrou na ocasião da participação de empresas da China na economia mineira e da expectativa por mais parcerias. A reunião foi encerrada com a assinatura do Memorando de Entendimentos, a fim de estabelecer a parceria de cooperação econômica entre o Departamento de Comércio da Província de Jiangxi e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.

Figura 6: Assinatura do Memorando de Entendimentos entre Minas Gerais e a China em novembro/2023



Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

5. Situação do acervo documental relativo à regularização fundiária do extinto instituto de Terras do Estado de Minas Gerais

O acervo documental do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – Iter, recentemente transferido para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, encontra-se distribuído em distintas localidades, apresentando as seguintes situações:

1. Uma parcela significativa dos documentos está armazenada em um galpão pertencente ao Estado, localizado no município de Contagem.
2. Outra parte encontra-se arquivada no centro de documentação da empresa Minas Gerais Administração e Serviços – MGS.
3. Os restantes documentos foram alojados na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Importa ressaltar que, especialmente em relação aos itens 1 e 3, esses documentos carecem de um tratamento e catalogação técnica em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela MGS. Esta etapa é crucial para garantir a organização, preservação e fácil acesso ao conteúdo do acervo. Após esse processo, está programado o envio desses documentos devidamente tratados para o arquivo central da empresa, consolidando uma gestão eficiente e segura do acervo documental do Iter. Nesse sentido, vale destacar com relação ao item 3, que a Sede vem preparando os documentos em listagem simples de identificação para posterior tratamento e catalogação técnica definitiva. Após levantamento inicial estima-se que existam 10.000 processos para tratamento e catalogação na Sede, dos quais 1.216 já foram listados e identificados preliminarmente.

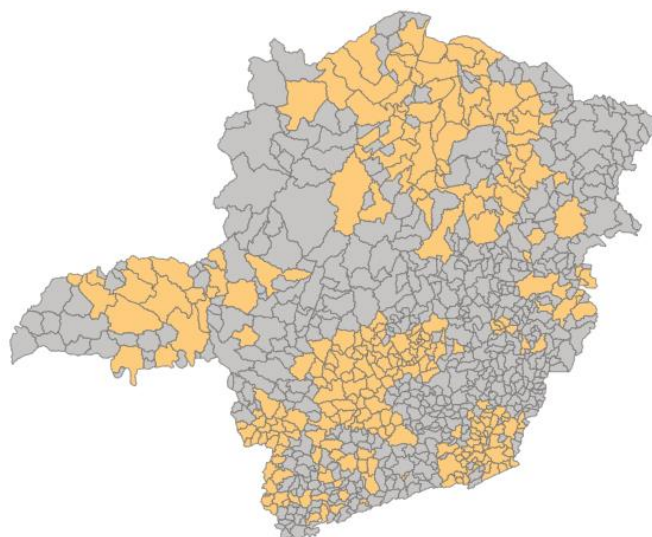
Essa iniciativa não apenas assegura a integridade do patrimônio documental, mas também facilita a consulta e utilização desses documentos, contribuindo para a eficácia das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e preservando a memória e a história relacionadas às terras do Estado de Minas Gerais.

Comissão AMR

1. Políticas de planejamento e desenvolvimento regional e urbano implementadas com vistas a reduzir as desigualdades regionais no Estado

No que tange ao desenvolvimento regional, a Sede tem uma gama de políticas públicas que contribuem para a redução das desigualdades regionais do Estado. Nesse sentido, cabe destacar a política de Arranjos Produtivos Locais que tem como objetivo fortalecer e completar as cadeias produtivas locais e estimular a inovação e eficiência coletiva. A SEDE tem um papel estratégico de agente catalisador desses APL's o que contribui para o desenvolvimento regional. Observa-se pelo Mapa 4 a presença de APL's em diversas regiões do estado.

Mapa 3: APLs reconhecidos em Minas Gerais até Novembro/2023

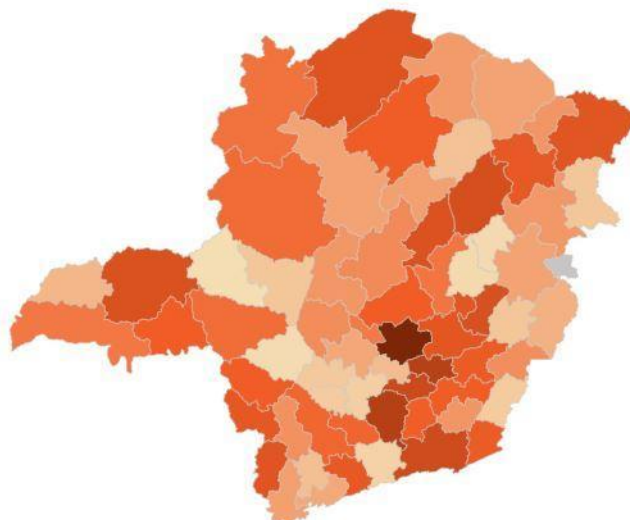


Fonte: Assessoria Estratégica/ Sede

Para além da política de APL, a Sede também conta com a política de artesanato a qual tem o desafio de desenvolver ações que promovam e valorizem o artesanato e o artesão mineiro, que oportunize a geração de trabalho e renda mediante a viabilização de feiras e outros eventos para comercialização do produto artesanal do nosso Estado. Assim, no intuito de alcançar seus objetivos, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Sede, por meio da Diretoria do Artesanato, estabelece importantes e sólidas parcerias que garantem a participação em grandes feiras e eventos nacionais e regionais.

Ao todo, o estado conta com 9.668 artesãos cadastrados, o Mapa 5 demonstra como é essa distribuição de artesãos nas diversas regiões do estado. No que tange à renda desses artesãos, tem -se que 62,5 % deles ganham de 1 até 3 salários mínimos, o que demonstra que o fomento ao artesanato contribui para a melhora da renda salarial das famílias, que por sua vez propicia desenvolvimento nas regiões de Minas Gerais.

Mapa 4: Artesão cadastrados e distribuídos nas microrregiões de Minas Gerais



Fonte: Assessoria Estratégica/Sede

Para além, a Sede fomenta políticas para Micro e Pequenos Negócios também, por meio dos Circuitos Mineiros de Oportunidades e Negócios e diversas parcerias com outros órgãos, tais como Sebrae, políticas estas que tem por objetivo fortalecer as MPEs local e regionalmente.

Vale destacar a política de regularização fundiária urbana (por meio do Programa Minas Reurb), a qual possibilita ao cidadão mineiro a garantia à moradia e autonomia por meio da regularização fundiária. Essa política, por sua vez, também contribui para a diminuição das desigualdades regionais, uma vez que promove a regularização em diversas regiões do estado. Por meio deste programa a Sede, a Armva e a Cohab já viabilizaram a emissão, entre 2019 e 2024, de mais 11 mil títulos e outros 64 mil foram viabilizados.

Além dessas políticas, cabe mencionar as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação como Compete Minas, Vueli e Cidades do Futuro. O Compete Minas possibilita que empresas de todo o estado tenham subvenção econômica para seus projetos de inovação, possibilitando uma melhora de seus produtos e serviços. No que tange ao VUEI, esse projeto dissemina nas Instituições de Ensino Superior do Estado a mentalidade empreendedora, isso impacta na mitigação de desigualdades regionais. Por fim, vale destacar o projeto Cidades do Futuro que tem como objetivo levar uma mentalidade inovadora para os municípios, também contribuindo para a mitigação de desigualdades regionais.

Por fim, cabe destacar o projeto estratégico Vale do Lítio que está na fase de consolidação do seu planejamento e prevê a entrega de mais de 200 ações para a região do Vale do Jequitinhonha, de modo a levar desenvolvimento econômico e social para a região.

2. Moradia enquanto direito: oferta, qualidade e acesso aos programas habitacionais desenvolvidos pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais- Cohab

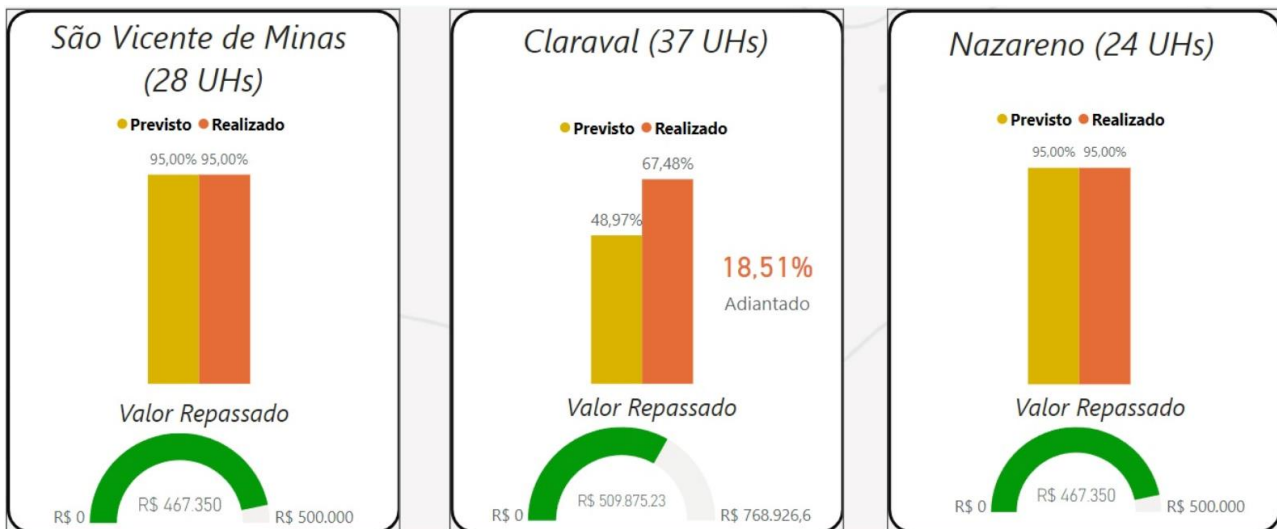
A Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab) promove a oferta de moradias, priorizando qualidade e acessibilidade por meio de seus programas habitacionais. Este projeto está alinhado com a execução do Plano Estadual de Habitação, cumprindo a missão institucional da Cohab Minas.

Desde 2019, a Cohab tem desenvolvido diversos empreendimentos utilizando o **Programa Minha Casa, Minha Vida - Parcerias**. Até o momento, foram entregues três conjuntos habitacionais: 45 unidades em Piumhi (2019), 48 em Paraopeba (2021), e 50 em Pains (dezembro de 2023). Além disso, estão em construção outros três empreendimentos que serão concluídos em breve: 28 unidades em São Vicente de Minas, 24 em Nazareno, e 37 em Claraval, com previsão de término até junho de 2024.

Além disso, também foram viabilizados, com participação da Cohab Minas, um empreendimento habitacional com 250 unidades em Nova Lima, já entregues em outubro de 2022 (parte I) e janeiro de 2023 (parte II).

O investimento total do Governo do Estado para conclusão das obras em 2024 foi de 1,5 milhões de reais, sendo que 1,4 milhões já foram repassados aos municípios mineiros envolvidos, conforme figura abaixo. Estes esforços representam avanços significativos na expansão da oferta de moradias e no cumprimento dos objetivos do programa habitacional estadual.

Figura 7 - Cronograma das obras de unidades habitacionais da Cohab



Fonte: Cohab Minas

No que diz respeito aos marcos principais, a finalização das unidades habitacionais proporcionadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida - Parcerias nos municípios de Nazareno, São Vicente de Minas, Pains e Claraval são metas prioritárias. Quanto à previsão de entrega das obras, os cronogramas foram repactuados. A obra em Pains está programada para ser concluída até o dia 15 de dezembro de 2023. Já as obras em Claraval, Nazareno e São Vicente de Minas têm previsão de entrega no segundo semestre de 2024. Esses marcos representam avanços significativos na oferta de moradias e no cumprimento do compromisso habitacional em Minas Gerais

.Outra iniciativa da Cohab na pauta moradia como direito, é o auxílio aos municípios a superar desafios para atrair investimentos imobiliários e construir novas moradias. Recentemente, foi contratada para oferecer consultoria técnica em Bom Sucesso (112 unidades) e São João Batista do Glória (34 unidades), viabilizando a construção de 146 moradias. Essa iniciativa é crucial para reduzir o déficit habitacional nessas áreas.

Figura 8 - Imagem do projeto a ser construído em Bom Sucesso – MG



Fonte: Prefeitura de Bom Sucesso - Imagem do projeto (2024)

Na gestão de ocupações, a Cohab Minas formalizou acordo com as Ocupações Carolina Maria de Jesus, Vicentão e Manoel Aleixo, para destinação de terreno (Fazenda Marzagão) para viabilizar moradia definitiva a 200 famílias.

Durante 2023, foi efetivada a ligação de água potável para os moradores do bairro Élisson Prieto, em Uberlândia.

Para além, no primeiro semestre de 2024, avançou-se na etapa final do processo de regularização fundiária, caminhando para a titulação definitiva das propriedades dos moradores, iniciativa integrante do Projeto Minas Reurb, o qual a Cohab é parceira.

Comissão MEN

1. Etapas do plano de Investimentos em infraestrutura elétrica da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – que já foram concluídas, as entregas ainda previstas para 2023 e para o ano de 2024, e os dados detalhados por região do Estado.

A Cemig, voltando a cuidar do consumidor mineiro e focada em seu planejamento estratégico realizará, no ciclo de investimento 2023 a 2027, R\$ 21,93 bilhões de reais em seus ativos de distribuição. No período 2023-2027 serão 147 subestações e 3.080 km de linhas de distribuição, além da conversão de 30.000 km de redes monofásicas para trifásicas.

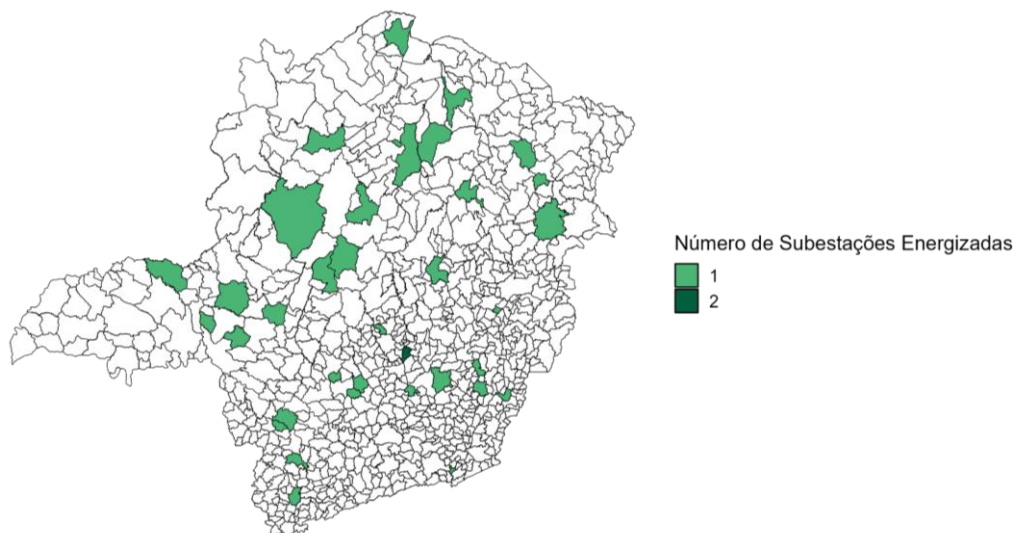
No período de janeiro de 2023 a maio de 2024 foram investidos R\$4,9 bilhões com a construção de 34 subestações e 1.000 km de linhas de distribuição, como pode ser observado no mapa 5 melhor detalhado na tabela 6.

Tabela 6 - Municípios Mineiros que tiveram suas subestações energizadas em 2023 e 2024

Subestação	Município	Municípios beneficiados	Regional	LATITUDE	LONGITUDE
SE Morada Nova de Minas 1	Morada Nova de Minas	MORADA NOVA DE MINAS	Oeste	-18,60406112	-45,36531371
SE Araxá 4	Araxá	ARAXÁ	Triângulo	-19,77599	-47,04836
SE Serro 2	Serro	ALVORADA DE MINAS, SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ, SERRO	Leste	-18,61591	-43,35208
SE Divino	Divino	DIVINO, FERVEDOURO, ORIZÂNIA, SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA	Mantiqueira	-20,62248	-42,13863
SE Carmo da Mata 2	Carmo da Mata	CARMO DA MATA	Oeste	-20,56553	-44,85136
SE Itinga 1	Itinga	ITINGA	Leste	-16,73191	-41,8885
SE Turmalina	Turmalina	MINAS NOVAS, TURMALINA	Leste	-17,30206	-42,69936
SE Carmo do Rio Claro 2	Carmo do Rio Claro	Alpinópolis, Carmo do Rio Claro, Conceição da Aparecida, Passos	Oeste	-20,9916944	-46,1342564
SE Conceição da Aparecida 2	Conceição da Aparecida	Alpinópolis, Carmo do Rio Claro, Conceição da Aparecida, Passos	Oeste	-21,0886855	-46,2238182
SE Pouso Alegre 2	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul	-22,28884187	-45,89925938
SE São Romão 1	São Romão	ICARAÍ DE MINAS, SÃO FRANCISCO, SÃO ROMÃO	Norte	-16,35931	-45,10128
SE Naque 1	Naque	Belo Oriente, Ipatinga, Naque, Periquito	Leste	-19,21279621	-42,34982083
SE Cláudio 2	Cláudio	CARMO DA MATA, CLÁUDIO	Oeste	-20,42582433	-44,78269545
SE Machado 2	Machado	Carvalhópolis, Machado, Poço Fundo	Sul	-21,70400581	-45,90891495
SE Francisco Sá 3	Francisco Sá	Botumirim, Cristália, Francisco Sá, Grão Mogol, Itacambira	Norte	-16,45888	-43,67398
SE João Pinheiro 1	João Pinheiro	JOÃO PINHEIRO	Triângulo	-17,74313181	-46,18394849
SE Pequeri	Pequeri	Guarará, Juiz de Fora, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Pequeri, Santana do Deserto, Senador Cortes	Mantiqueira	-21,85234	-43,12871
SE Rio Paranaíba	Rio Paranaíba	CAMPOS ALTOS, IBIÁ, RIO PARANAÍBA, SÃO GERALDO, TIROS	Triângulo	-19,36689742	-46,263076
SE Inhaúma	Inhaúma	Cachoeira da Prata, Fortuna de Minas, Inhaúma, Papagaios, Sete Lagoas	Centro	-19,515121	-44,427969
SE Manga 1	Manga	MANGA	Norte	-14,76555577	-43,95352028
SE Jequeri	Jequeri	DOM SILVÉRIO, JEQUERI, MARIANA, PONTE NOVA, PORTO FIRME, PRESIDENTE BERNARDES, RAUL SOARES, RIO CASCA, SANTA CRUZ DO ESCALVADO, SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, URUCÂNIA, VIÇOSA	Mantiqueira	-20,40135	-42,70022
SE Mariana 2	Mariana	MARIANA	Mantiqueira	-20,39241971	-43,42512601
SE Araguari 2	Araguari	ARAGUARI	Triângulo	-18,65343066	-48,21031199
SE Mocimbinho	Manga	ITACARAMBI, JANAÚBA, JANUÁRIA, MANGA, VERDELÂNDIA	Norte	-15,09374	-44,02013
SE BH Atalaia	Belo Horizonte	Belo Horizonte, Contagem	Centro	-19,93890	-44,01498
SE Padre Paraíso	Padre Paraíso	NOVO CRUZEIRO, PADRE PARAÍSO, POTÉ, TEÓFILO OTONI	Leste	-17,08048	-41,49357
SE Teófilo Otoni	Teófilo Otoni	NOVO CRUZEIRO, PADRE PARAÍSO, POTÉ, TEÓFILO OTONI	Leste	-17,86959	-41,51880
SE Montes Claros 7	Montes Claros	MONTES CLAROS	Norte	-16,7455	-44,05894
SE Várzea da Palma 7	Várzea da Palma	VÁRZEA DA PALMA	Norte	-17,633	-44,88891
SE João Pinheiro 1	João Pinheiro	JOÃO PINHEIRO, LAGOA GRANDE, PARACATU	Triângulo	-17,74313	-46,18395
SE BH SERRANO	Belo Horizonte	BEL O HORIZONTE, CONTAGEM, RIBEIRÃO DAS NEVES	Centro	-19,87324	-44,00425
SE Pedra do Indaiá 2	Pedra do Indaiá	Lagoa da Prata, Pedra do Indaiá, Santo Antônio do Monte	Oeste	-20,115464	-45,251287
SE Congonhas 3	Congonhas	Congonhas	Mantiqueira	-20,53225	-43,89519
SE Três Marias 3	Três Marias	Três Marias	Norte	-18,20041	-45,27084

Fonte: Cemig

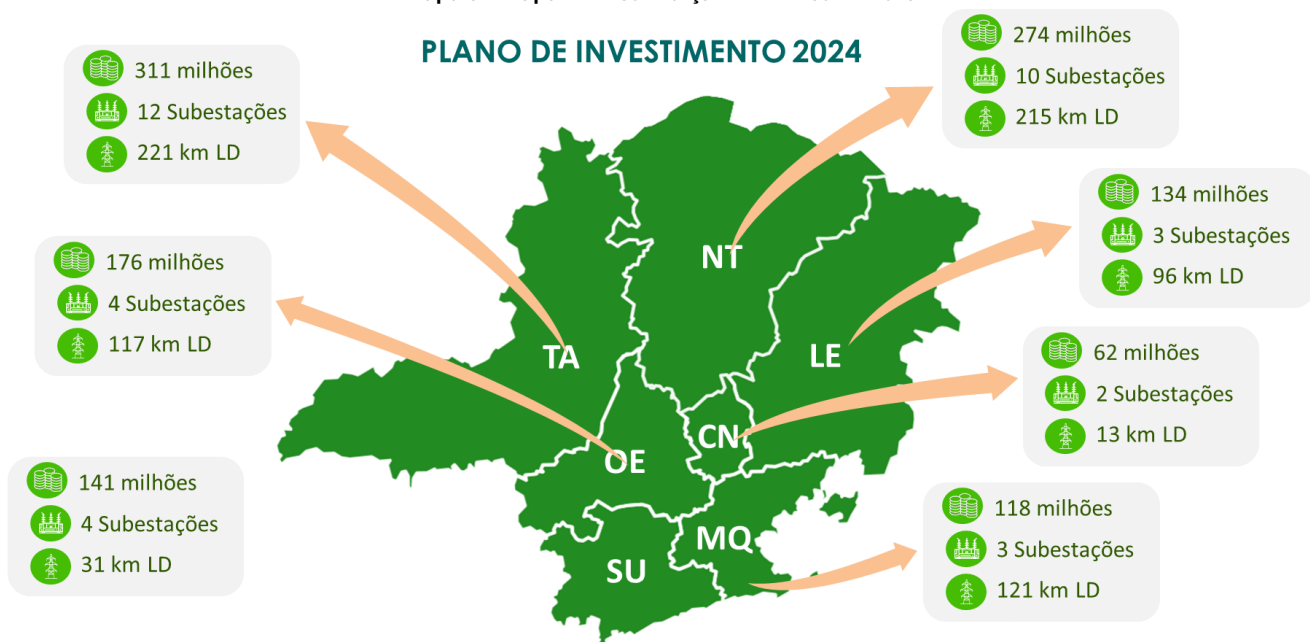
Mapa 5 - Mapa de subestações de energia energizadas nos anos de 2023 e 2024



Fonte: Assessoria Estratégica/Sede

Em 2024 será R\$1,2 bilhão somente no Mais Energia, com 38 subestações e 814 km de linhas de distribuição. No total, a Cemig Distribuição investirá 4,15 bilhões em 2024. O Mapa 6 ilustra como será a divisão desses investimentos nas regionais do estado.

Mapa 6 - Mapa de Distribuição de Investimentos



Previsão de R\$ 1,2 bilhão, construção de 38 subestações e 814 km de Linha de Distribuição

Cemig por Região (2024)

Fonte: Cemig

Na Figura 9, abaixo a apresentação da nova subestação Nova Serrana 2, concluída em 2023, cujo investimento foi de R\$44 milhões, beneficiando cerca de 152 mil pessoas nos municípios de Nova Serrana, Papagaios e Pitangui.

Figura 9: Inauguração da subestação Nova Serrana 2



Fonte: Cemig

Na Figura 10 abaixo a apresentação da nova subestação de energia Serrano, entregue em Junho de 2024. A nova Subestação é a 100ª concluída pelo Programa Mais Energia e conta com um investimento de mais de R\$7 bilhões, beneficiando cerca de 602 mil pessoas nos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves

Figura 10: Inauguração da centésima subestação de energia



Fonte: Agência Minas

2. Inserção da Cemig-SIM nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado e o status da relação de concorrência entre ela e os integradores de geração distribuída (GD) independentes

A Cemig SIM foi criada em 2019 como subsidiária integral do Grupo Cemig, com o propósito de atuar no mercado de geração solar distribuída. Desde meados de 2023, a atuação da empresa está centrada no modelo de mini GD, ou seja, baseada integralmente no modelo de fazendas solares, em linha com um mercado competitivo e em franca transformação, orientado pela democratização do acesso a fontes de energia renováveis, sem necessidade de obras ou investimentos, por parte dos consorciados.

A empresa atua em igualdade de condições com outros integrantes do setor de GD, todos subordinados às mesmas normas e determinações da Aneel para a conexão de empreendimentos no sistema

elétrico.

A Cemig SIM tem por objetivo ter atuação relevante no mercado de mini GD, ofertando energia limpa, renovável e sustentável aos mineiros. Para isso, estão sendo construídas 49 usinas solares, que adicionarão 160 MWp ao portfólio atual da empresa. Os valores investidos somam mais de 750 milhões de reais e estarão distribuídos em 40 municípios de Minas Gerais, proporcionando cerca de 1.200 empregos fixos e temporários, geração de renda e movimentando a cadeia de fornecedores de materiais, suprimentos e logística.

A Cemig Distribuição não faz distinção entre consumidores e/ou empresas que possuem interesse em realizar a conexão de uma usina de geração distribuída em seu sistema de distribuição, observando o princípio da isonomia nas relações com geradores de energia e demais usuários. Os pedidos de conexão são analisados em sistema de fila, com base na ordem de chegada, sem preferência de qualquer ente gerador (incluindo a Cemig SIM), nos termos do art. 72, inciso IV, da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021.

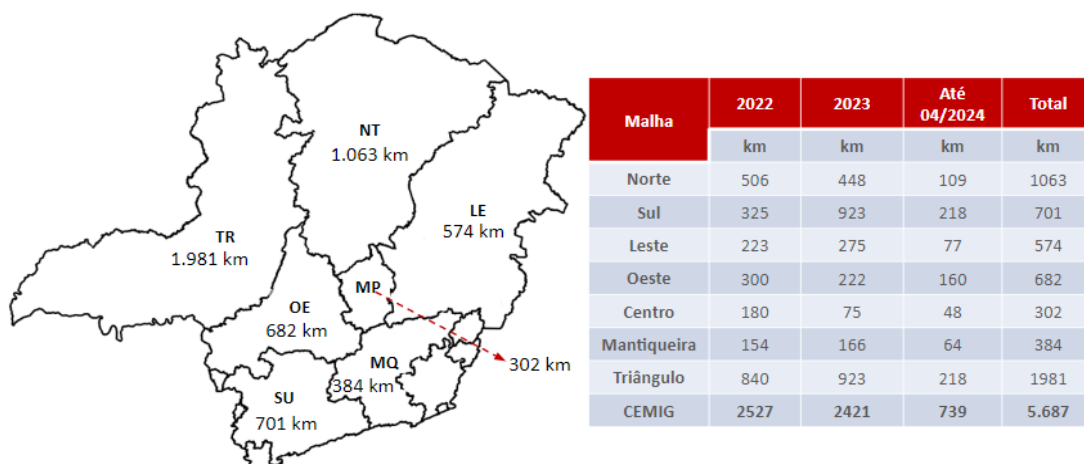
Em 16-10-2023, o CADE arquivou o Procedimento Preparatório de Inquérito Administrativo nº 08700.003642/2023-80, instaurado em desfavor de Cemig SIM e Cemig Distribuição, em face da insubsistência dos indícios de infração à ordem econômica em razão de denúncia que imputava condutas abusivas no sentido de cercear o acesso de novas geradoras de energia fotovoltaica aos mercados de geração e distribuição de energia elétrica.

3. Situação do cronograma e da implementação do programa Minas Trifásico (de 2023 a 2024), com detalhamento por regiões e cidades do Estado.

O Minas Trifásico é um programa que transformará milhares de quilômetros de redes elétricas rurais, que agora são monofásicas, em trifásicas. Com ele, a Cemig levará energia com mais qualidade e quantidade para a população que vive no campo. É uma verdadeira mudança de vida, principalmente para os produtores rurais e suas famílias.

De janeiro de 2023 a abril de 2024 foram realizadas mais de 6.500 obras e 5,7 mil km de rede trifásica em mais de 650 municípios, com investimento de cerca de R\$1,1 bilhão. Em 2024, até maio, foram 740 km de redes trifásicas construídas.

Mapa 7: Execução do Minas Trifásico por regiões nos anos de 2022, 2023 e 2024/1



Fonte: Cemig

Comissão DCC

1. Informações sobre pedidos feitos por consumidores para aumento da carga no interior de Minas Gerais, à luz da regulamentação da Aneel.

A Cemig ligou de janeiro de 2023 até maio de 2024 mais de 342 mil clientes sendo, desse montante, apenas cerca de 34 mil (~10%) com a necessidade de obras para o atendimento. Se considerarmos os clientes do interior com necessidade de aumento de carga, esse público representa 9.533 clientes ou menos de 2,8%.

Já considerando a carteira de obras de clientes em andamento, de um total de 6.765 obras finalizamos o mês de maio de 2024 com 505 obras em atraso que correspondem a 7,5% das obras. Na tabela 7 abaixo, é possível observar as solicitações de ligações pendentes *versus* ligações pendentes em atraso no que tange ao interior de Minas Gerais e região metropolitana de Belo Horizonte.

Tabela 7: Obras de ligações pendentes versus em atraso (visão maio /2024)

Ações 2023-2024/1*					Situação da Carteira Obras de ligações pendentes vs em atraso		
Região	Ligação Nova	Aumento de Carga	Geração Distribuída	Total	Obras em Carteira	Obras em Atraso	% Atraso
Metropolitana	887	967	694	2.548	370	0	0,0%
Interior de MG	17.708	9.553	6.404	33.665	6.395	505	7,9%
Total	18.595	10.520	7.098	36.213	6.765	505	7,5%

Fonte: Cemig

ÊNFASE APROVADA EM OUTRAS COMISSÕES

1. Contrato de alienação celebrado entre a Codemge e acionistas controladores da Companhia Brasileira de Lítio – CBL –, com a venda de 33% da participação da estatal no capital da referida empresa.

O BDMG foi contratado pela SEDE para prestar os serviços de assessoria e assistência técnica na elaboração da sistemática de desinvestimento da Codemge, prevendo a execução dos serviços de análise econômico-financeira da empresa, análise jurídica da participação societária e acompanhamento da execução do processo de desinvestimento. A Codemge promoveu um processo competitivo, conforme permite o art. 29, XVIII da 13.303/2016, composto por preparação (fase interna); consulta de interesse (início da fase externa); apresentação de propostas vinculantes; negociação, resultado e rebid; fechamento e assinatura.

No período entre 04/02/2022 a 06/07/2022, foram realizadas diversas atividades com objetivo de promover a venda da participação da Codemge na CBL, permitindo o maior nível de competição possível e o tratamento isonômico dos participantes, visando à obtenção do melhor preço das ações. Foram realizados *road shows* com os interessados para apresentar a empresa, assim como a análise e os processos de habilitação, para que pudessem seguir à fase de propostas vinculantes. A data definida para envio das propostas vinculantes e para a realização do *rebid* foi o dia 07/07/2022, tendo sido recebidas duas propostas de compra da participação, sendo que o lance vencedor foi no valor de R\$125/ação, totalizando R\$208 milhões, apresentado pela empresa Ore Investments.

Não obstante, conforme permite o acordo de acionistas celebrado entre as partes, os acionistas majoritários (Aguinaldo Pires Couto e Salustiano Costa Lima da Silva) decidiram exercer o direito de preferência e adquiriram a participação ofertada no mesmo valor. Assim, em 08/08/2022 foi assinado o contrato de compra e venda das ações. A operação foi aprovada sem restrições pelo CADE, em 14/09/2022 (08700.006649/2022-72). Decorrido o prazo para apresentação de oposições, a operação foi definida como encerrada (closing) em 30/09/2022.

Pontos importantes: em vista da natureza da atividade desempenhada pela CBL, a Codemge e os demais atores envolvidos estão sujeitos às regras previstas em acordo de confidencialidade, além do Acordo de Acionistas celebrado entre a Codemge e o acionista majoritário. Em 06/07/2022, foi publicado o Decreto 11.120/2022, que revogou o Decreto 2.413/1997, impactando a posição favorável que a CBL praticava no mercado interno, uma vez que a regra anterior limitava a importação de compostos de lítio no país, permitindo a prática de valores no mercado interno superiores aos do mercado internacional. Essa alteração impactou, de certa maneira, na avaliação que o mercado fez da Companhia à época da venda. Considerando esse contexto, destaca-se novamente a importância da realização dessas operações que visam direcionar a estrutura estatal justamente para o que é mais necessário, evitando que o Estado esteja sujeito aos direcionamentos e flutuações existentes no mercado.